China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil (nova denominação social do Banco Industrial e Comercial S.A.)

Demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2015

#### China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil (nova denominação social do Banco Industrial e Comercial S.A.) Demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2015

### Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial	11
Balanços patrimoniais	14
Demonstrações de resultados	18
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido – prudencial	19
Demonstrações fluxo de caixa	20
Demonstrações do valor adicionado	21
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial	22

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

#### Senhores Acionistas,

A Administração do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. "CCB Brasil" – antigo BICBANCO, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com o parecer dos Auditores Independentes, sem ressalvas, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. Os comentários aqui apresentados, exceto quando indicado de forma diferente, são demonstrados em bases consolidadas, abrangendo suas empresas controladas e em moeda corrente nacional (Reais – R\$). As demonstrações financeiras retratadas estão em conformidade com as normas emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e refletem a estrutura societária do CCB Brasil para o respectivo período.

#### **Ambiente Econômico**

Em 2015, a inflação oficial medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) alcançou 10,67%. A taxa básica de juros (Selic) encerrou 2015 em 14,25% a.a., patamar que tem se mantido nas cinco últimas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BACEN), abrangendo o período de julho de 2015 a março de 2016.

A taxa de câmbio apresentou expressiva volatilidade no decorrer de 2015. A depreciação do Real frente ao Dólar foi de 47,01% e a cotação ao fim do período alcançou R\$ 3,90/US\$.

A balança comercial registrou superávit (vendas externas maiores que as importações) de US\$ 19,69 bilhões, foi o resultado mais favorável desde 2011 e reverteu o déficit alcançado em 2014 de US\$ 4,05 bilhões. Em 2015, as exportações somaram US\$ 191,13 bilhões enquanto que as importações atingiram US\$ 171,45 bilhões. A China foi o principal destino das exportações e importações brasileiras, correspondendo a 18,63% e 17,92%, respectivamente, da corrente comercial.

O total de empréstimos no sistema financeiro alcançou R\$ 3,22 trilhões em dezembro de 2015, o que representa crescimento de 6,61% em doze meses. O estoque de crédito como proporção do PIB atingiu 54,25%.

#### A subsidiária China Construction Bank (Brasil)

Desde 29 de agosto de 2014, o Banco faz parte do Grupo China Construction Bank (CCB), que se posiciona como o segundo maior banco comercial da China, com mais de 60 anos de histórico operacional. As ações do CCB são negociadas na Bolsa de Valores de Hong Kong e na Bolsa de Xangai.

Na Organização, importantes acontecimentos relacionados ao processo de aquisição pelo Grupo CCB marcaram o ano de 2015: (1) a conclusão da Oferta Pública de Ações – OPA; (2) o cancelamento de registro de companhia aberta e (3) a mudança da razão social.

#### (1) Oferta Pública de Ações - OPA

#### . Aprovação da OPA de Ações Ordinárias e Preferenciais de Emissão da Companhia

A CVM concedeu, em 25 de agosto de 2015, a favor da Ofertante CCB Brazil Financial Holding – Investimentos e Participações Ltda. o registro para a realização de Oferta Pública Unificada ("OPA") para a aquisição de até a totalidade de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia a ser realizada (i) em razão da alienação do seu controle; (ii) para cancelamento de seu registro para negociação de ações no mercado como emissora de valores mobiliários; e (iii) em decorrência da descontinuidade das práticas diferenciadas de governança corporativa previstas no segmento especial de listagem da BM&FBOVESPA S.A denominado Nível 1 de governança corporativa.

O Edital da OPA foi publicado em 27 de agosto de 2015.

#### . Leilão da OPA

Em 28 de setembro, foi realizado o leilão da OPA, e como resultado, a Ofertante adquiriu 2.150.605 ações ordinárias de emissão da Companhia, equivalentes a aproximadamente 1,3% das ações ordinárias de emissão da Companhia e 0,9% do capital social total da Companhia; e 52.704.417 ações preferenciais de emissão da Companhia, equivalentes a 56,9% das ações preferenciais de emissão da Companhia e 20,8% do capital social total da Companhia.

Assim, após a liquidação das aquisições realizadas no Leilão, que ocorreu em 1º de outubro de 2015, a Ofertante passou a deter 159.545.537 ações ordinárias de emissão da Companhia, equivalentes a 99,6% das ações ordinárias, e 77.406.999 ações preferenciais, equivalentes a 83,5% das mesmas, e correspondentes, em conjunto, a 93,7% do capital social, ou a 96,1% do capital social da Companhia excluídas as ações em tesouraria.

Tendo em vista que o número de ações adquiridas pela Ofertante no Leilão superou ao montante mínimo de 2/3 das ações ordinárias e das ações preferenciais, cujos titulares concordaram expressamente com o cancelamento de registro ou se habilitaram para o Leilão, a Companhia deu prosseguimento aos procedimentos necessários para cancelamento de registro de companhia aberta perante a CVM.

#### (2) Aprovação do cancelamento do registro pela CVM

A CVM aprovou, em 19 de outubro de 2015, o cancelamento do registro de emissor de valores mobiliários categoria "A" da Companhia, em continuidade à realização bemsucedida do Leilão da OPA para aquisição de até a totalidade das ações ordinárias e preferenciais da Companhia, e em cumprimento a todas as disposições regulamentares aplicáveis.

Desse modo, a Instituição passou a ser uma companhia de capital fechado e as ações de sua emissão deixaram de estar listadas para negociação na BM&FBOVESPA e em qualquer outro mercado organizado.

#### (3) Aprovação da mudança da denominação social

O Banco Central do Brasil (BACEN), em publicação no Diário Oficial da União de 4 de novembro de 2015, autorizou a mudança da denominação social de Banco Industrial e Comercial S.A. para China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A., em consonância com a AGE de 30 de setembro de 2015, a qual deliberou sobre essa matéria.

#### **Principais Indicadores Financeiros**

R\$ Milhões	31/12/2015
Total de Ativos	14.194,8
Operações de Crédito - Carteira Expandida	8.363,4
Captações em Reais	4.640,8
Captações em Moeda estrangeira	5.988,1
Patrimônio Líquido	800,5
Basileia	14,68
Resultado Líquido	(491,5)
Pontos de Atendimento	37
Número de Funcionários (conglomerado financeiro)	809

#### **Riscos**

O Banco adota as melhores práticas de governança corporativa que visam potencializar o valor da Instituição e gerar, no longo prazo, maior retorno aos acionistas, e crescimento da Instituição. A gestão de riscos da Instituição tem como objetivo garantir que as operações e relacionamentos assegurem a qualidade dos serviços e um adequado balanço entre o risco e o retorno. O Banco adota o critério de avaliação de carteiras em função da rentabilidade das operações e do capital econômico que consomem considerando os principais riscos identificados, incluindose os de mercado, crédito, socioambiental, liquidez e operacional.

As atividades de gerenciamento são realizadas por estruturas específicas e especializadas, atendendo os objetivos, políticas, estratégias definidos.

A governança de riscos, de maneira geral, é centralizada no Comitê de Governança, que cuida ainda da definição de limites globais de exposição e os níveis de conformidade e alocação de capital em função dos riscos. As políticas de gestão de riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração. O modelo adotado se baseia na independência e transparência de avaliação, com segregação das decisões das áreas operacionais e de controles.

O Banco adota modelos internos de rating, gestão de capital por avaliação de cenários, análise de VaR como elemento de controle e limites, além de testes de estresse. Conta a Instituição com medidas transversais destinadas a limitar a excessiva concentração do perfil de riscos, na perspectiva dos clientes, negócios, produtos e disposição geográfica.

A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos está disponível no site da Instituição (<a href="http://www.br.ccb.com">http://www.br.ccb.com</a>).

#### Risco de Mercado

O controle dos riscos potenciais de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros que compõem as carteiras é essencial para aperfeiçoar o uso do capital e priorizar os negócios que oferecem a melhor relação de risco e retorno.

Todas as métricas de risco são monitoradas continuamente e para efeito de classificação quanto à intenção de negociação, as carteiras são divididas em duas categorias. As operações com intenção de negociação e destinadas à revenda, obtenção de benefício de movimentos de preços e realização de arbitragem (Trading Book) são segregadas das estruturais, destinadas a gestão ativa da carteira (Banking Book), no momento de sua realização.

Diariamente, os limites preestabelecidos pelo Comitê de Tesouraria são comparados aos valores das carteiras marcadas a mercado (MtM) e ao Value at Risk (VaR) e o VaR em cenários de estresse. O controle das posições do banco pelo seu valor de mercado visa fornecer uma sensibilidade adequada a real exposição aos diversos fatores de risco.

Durante o semestre, os níveis médios de risco de mercado mantiveram-se reduzidos quando comparados ao Patrimônio Líquido da Instituição. Em 30 de dezembro de 2015, o VaR para a exposição trading atingiu R\$ 266 mil e o VaR Global (Trading e Banking) — R\$ 34,8 milhões. Comparativamente, em 30 de Dezembro de 2014, o VaR para a exposição trading atingiu R\$ 529 mil e o VaR Global (Trading e Banking) — R\$ 64,5 milhões.

**Exposição Cambial** - O Banco acompanha a composição dos ativos e passivos, detalhados por indexador, com o intuito de gerenciar as exposições e analisar os impactos possíveis em diversos cenários. A estratégia de gestão do risco cambial é a de compensar os riscos decorrentes da exposição às variações no valor das moedas. Para essa finalidade, o risco cambial é neutralizado e os investimentos são remunerados em reais por intermédio da utilização de instrumentos financeiros derivativos.

Em 30 de dezembro de 2015, a exposição cambial, para efeito do requerimento de capital atendendo a Circular BACEN nº 3.389 de 25 de junho de 2008, e Circular BACEN nº 3.662 de 11 de julho de 2013, somava R\$ 35,3 milhões representando elevação ante a exposição de R\$ 8,1 milhões de dezembro de 2014.

#### Risco de Liquidez

O Banco dispõe de um conjunto de controles e limites técnicos para monitorar ocorrência de eventuais desequilíbrios entre o fluxo dos ativos negociáveis e passivos exigíveis que possa afetar a capacidade de pagamento da Instituição. O fluxo de caixa é avaliado diariamente e são definidas ações táticas para sua manutenção. Pela sua importância, os limites de liquidez e os modelos de estresse são permanentemente avaliados, bem como as decisões estratégicas e a política de contingência para um horizonte de tempo de, no mínimo, três anos.

Os indicadores definidos para o cenário de estresse de mercado e institucional permitem simular o comportamento do caixa e antecipar ações. A política de caixa mínimo vigente considera a possibilidade de resgates antecipados de passivos e necessidade de renovações de operações ativas em caso de turbulência na economia. A simulação do fluxo de caixa em condições severas de estresse revela resultados que superaram amplamente os limites mínimos de liquidez de curto prazo definidos nas políticas.

#### Risco de crédito

A gestão do risco de crédito permite um controle integrado com diversas visões da carteira, incluídas as linhas utilizadas e não utilizadas, derivativos e operações que não constam do balanço. O risco de crédito decorre principalmente de operações de empréstimo, de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos além de obrigações financeiras relacionadas a compromissos de empréstimo e prestação de garantias. Os limites são aprovados em comitês, com utilização de modelos de rating. Os controles são centralizados e em tempo real, o que confere perfeita sintonia com os limites estabelecidos e com a qualidade das garantias. O Banco prioriza manter uma carteira de riscos bastante diversificada em relação a sua exposição a grandes riscos, a mercados e setores e a produtos.

O Banco considera o impacto social e ambiental adverso das atividades dos clientes que decorrem de eventual paralisação ou limitação de atividades que podem refletir em elevação de riscos associados à capacidade de pagamento, ao cumprimento de obrigações, à performance e demais riscos de crédito. Além da classificação de rating

de crédito, todos os clientes são qualificados em ratings socioambientais. Em 30 de dezembro de 2015, cerca de 85% dos clientes possuíam riscos socioambientais médios e baixos.

#### **Risco Operacional**

O Banco aloca capital para risco operacional atendendo a legislação e adota a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada, prevista no § 1º do art.1º da Circular nº. 3.383, de 30 de abril de 2008 e complementa a visão do risco operacional por intermédio de modelo gerencial de avaliação econômica por linha de negócios, com quantificação dos riscos operacionais por meio de modelos estatísticos, utilizando-se de sistema que permite o cálculo de perdas esperadas e alocação de capital para perdas não esperadas (VaR no intervalo de confiança 99,9%).

A exposição ao risco operacional é revisada ao menos semestralmente, incluindo-se a avaliação de seus controles e ajustando-os de acordo com suas estratégias e seu apetite ao risco. A estrutura de gestão é distinta daquelas que lidam com o risco de mercado e de crédito permitindo um efetivo sistema de controles internos que visa a redução da probabilidade de erros humanos e irregularidades em processos, produtos e sistemas. Os Comitês de Risco e de Controles Internos determinam qual o nível aceitável de tolerância ao risco.

#### **Governança Corporativa**

O CCB Brasil possui uma estrutura de Comitês que agrega as áreas técnicas e decisórias, possibilita troca de experiências e permite a elaboração de soluções consistentes para o desenvolvimento de um ambiente que possibilite a sustentabilidade dos negócios, preservação de imagem e administração de riscos. Por intermédio de manifestação de comitês sobre as principais decisões, especialmente em ambiente de alta volatilidade, de elevação de inadimplência e riscos de liquidez do fluxo de caixa, há o alinhamento à estratégia de negócios e ao apetite ao risco.

Esta estrutura é composta por 15 comitês especializados, com funções específicas e técnicas, amparados pelo Comitê de Governança Corporativa, responsável por auxiliar na implantação de iniciativas e aprovar questões ligadas a mudanças de padrões, processos e produtos que venham a afetar o direcionamento estratégico, inclusive no que concerne a avaliar e deliberar as recomendações de sanções encaminhadas pelo Comitê Azul (Comitê de Sustentabilidade).

Dando ainda maior ênfase ao pilar de supervisão, o Comitê de Auditoria realiza periodicamente a revisão dos principais relatórios e se reúne com os gestores, obtendo uma visão abrangente dos principais riscos e controles com o intuito de subsidiar o Conselho de Administração em questões referentes à contabilidade, auditoria e finanças, visando proporcionar maior transparência às informações e assegurar a prestação de contas dos administradores.

#### Reconhecimentos

Decorrente de suas práticas de Governança, o Banco preza pela qualidade e aperfeiçoamento do relacionamento e prestação de contas aos seus públicos de interesse. Com o objetivo de aperfeiçoar a comunicação de informações e revelar de forma clara as atividades e resultados econômicos, sociais e ambientais a Instituição publica anualmente seu Relatório Anual e de Sustentabilidade, destinado a todos os públicos e que está disponível em seu site.

Em 2015, o CRF Institute, com sede em Amsterdam concedeu pelo quarto ano consecutivo, o prêmio de certificação "Top Employers Brasil 2015". O Instituto é especialista na área de pesquisas internacionais sobre gerenciamento de RH e condições de trabalho. Em seu relatório deste ano, o Top Employers destacou que "o Banco oferece condições de trabalho excelentes, promove e desenvolve o talento de todos os níveis da empresa e demonstrou que é líder no ambiente de Recursos Humanos, esforçando-se para melhorar continuamente as suas práticas de Recursos Humanos e se desenvolver, sempre".

O Banco consta da lista das 100 Melhores Empresas em Cidadania Corporativa 2015, após levantamento das listadas entre as "1.000 Maiores e Melhores Empresas do Brasil" (Exame) e "Melhores Empresas para Trabalhar" (Você S/A | FIA – GPTW | Época). A pesquisa envolveu cinco pilares: Qualidade de Vida no Trabalho, Responsabilidade Social, Responsabilidade Ambiental, Ética e Relacionamento com os Stakeholders, e Diversidade e Inclusão Social.

A Instituição está entre as "Melhores Empresas para Trabalhadores com Deficiência" ao lado de outras 56 empresas que também se inscreveram. Trata-se de um papel importantíssimo na inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho que atende a conhecida Lei de Cotas - Lei nº 8.213/91 que determina uma proporção obrigatória entre 2% e 5% de pessoas com deficiência no quadro geral de funcionários das empresas com mais de 100 empregados. O Prêmio "As Melhores Empresas para Trabalhadores com Deficiência" é uma iniciativa da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPcD) em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) e visa induzir o processo de inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, criar um instrumento adicional de apoio à Lei de Cotas por meio do reconhecimento das boas práticas inclusivas, além de incentivar constantes melhorias nas iniciativas de empresas de todo o estado de São Paulo.

O Banco foi avaliado com o grau A do seu Rating de Sustentabilidade, emitido pela Consultoria Management & Excellence em Junho/2015, reconhecimento que o impele ao aprimoramento e reforça seu compromisso com a sustentabilidade por meio da efetividade de suas ações, seu desempenho e estratégia.

O CCB Brasil foi uma das empresas que constou da lista das 100 Empresas em Indicador de Desenvolvimento Humano Organizacional – IDHO 2015.

#### **Relacionamento com Auditores**

Em atendimento à Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, o Banco e as empresas controladas não contrataram e nem tiveram serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes que não os serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

#### Circular nº 3.068/01 BACEN

O CCB Brasil declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R\$ 133,9 milhões, o que representa 3,4% do total de títulos e valores mobiliários.

#### Considerações finais

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pelo apoio e confiança em nossa administração, e aos nossos funcionários, pela valiosa contribuição.

#### **Ratings**

Agências/ Consultoria	Rating	Âmbito/Classificação	Data de Publicação do Rating
Moody's	Ba3 NP Aa1.br BR-1 Negativa	Depósitos na Escala Global em moeda estrangeira e moeda local     Longo prazo     Curto prazo     Depósitos na Escala Nacional     Longo prazo     Curto prazo     Perspectiva	25/02/16
Standard & Poor's	BB- B brA- CreditWatch Negativo	Escala Global em moeda estrangeira e moeda local – rating de contraparte     Longo prazo     Curto prazo     Escala Nacional     Perspectiva	14/03/16
Fitch Ratings	AAA(bra) F1+ (bra) Estável	Escala Nacional     Longo prazo     Curto prazo     Perspectiva	29/06/15
Management & Excellence	A	• Rating de Sustentabilidade	Jul/15



**KPMG Auditores Independentes** 

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A 04711-904 - São Paulo/SP - Brasil Caixa Postal 79518 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone Fax Internet 55 (11) 3940-1500 55 (11) 3940-1501 www.kpmg.com.br

### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Ao

Conselho de Administração e aos Acionistas do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil (nova denominação social do Banco Industrial e Comercial S.A.) São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas de resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas demonstrações financeiras de propósito especiais foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na nota explicativa nº 2.

#### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução n° 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas nas notas explicativas n° 2 e 3, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração do Banco, de acordo com os requisitos da Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.



Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco em 31 de dezembro de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa n.º 2 às referidas demonstrações.

#### Ênfases

#### Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa n.º 2 às referidas demonstrações financeiras, que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração da instituição para cumprir os requisitos da Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

#### Transferência do controle acionário e operações

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 - Contexto operacional, a qual informa sobre a transferência do controle acionário do Banco, ocorrida em 29 de agosto de 2014, e as ações que o novo Controlador vem implementando para a retomada de resultados operacionais positivos, com a obtenção de resultados tributáveis em níveis suficientes à realização do estoque de créditos tributários, considerando as alíquotas vigentes em cada período, e o plano para cumprimento dos limites mínimos de capitalização, que prevê o aumento de capital em processo de aprovação pela China Banking Regulatory Commission (CBRC), com a concretização prevista pela Administração até o final do primeiro semestre de 2016 e a consequente viabilização deste plano de negócio. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.



#### **Outros assuntos**

#### Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações financeiras consolidadas do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, referente ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2015, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 29 de março de 2016.

São Paulo, 29 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo Contador CRC 1SP252419/O-0

#### China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A - CCB Brasil e empresas controladas e assemelhadas

# Balanços patrimoniais em 31 de dezembro Em milhares de reais

			PRUDENCIAL
ATIVO	Nota	2015	2014
Circulante		8.595.717	9.795.299
Disponibilidades	4a.	394.363	175.098
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		357.322	177.404
Aplicações no mercado aberto	4b.	6.376	22.843
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4c.	20.332	115.360
Aplicações em moedas estrangeiras	4d.	330.614	39.201
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		4.141.707	2.848.999
Carteira própria	5b.	1.868.790	925.472
Vinculados a operações compromissadas	5b.	1.645.069	1.543.034
Vinculados a prestação de garantias	5b.	285.123	9.748
Instrumentos financeiros derivativos	6b.	342.725	370.745
Relações Interfinanceiras		33.309	98.214
Depósitos no Banco Central	7.	33.309	98.214
Operações de Crédito		2.602.951	5.010.409
Operações de crédito	8.	2.997.420	5.544.414
Setor público		70.358	130.945
Setor privado		2.927.062	5.413.469
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	9.	(394.469)	(534.005)
Operações de Arrendamento Mercantil	8i.	(5.678)	(17.133)
Arrendamentos a receber - setor privado		62.523	127.349
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil a receber		(60.887)	(123.359)
mercantil de liquidação duvidosa		(7.314)	(21.123)
Outros Créditos		1.027.551	1.442.238
Avais e fianças honrados		34.317	5.166
Carteira de câmbio	10.	827.160	1.260.374
Rendas a receber		18.611	12.559
Negociação e intermediação de valores		1.196	4.598
Diversos	11.	231.704	322.054
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9.	(85.437)	(162.513)
Outros Valores e Bens		44.192	60.070
Despesas antecipadas	12b.	44.192	60.070

#### China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A - CCB Brasil e empresas controladas e assemelhadas

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro Em milhares de reais

		BICBANCO PRUDENC		
		2015	2014	
ATIVO				
Poslizával a Langa Praza		E 242 255	E 22E 442	
Realizável a Longo Prazo		5.212.355	5.335.113	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez			3.142	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4c.		3.142	
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		812.324	1.433.930	
Carteira própria	5b.	141.348	798.552	
Vinculados a operações compromissadas	5b.	52.495	211.493	
Vinculados a prestação de garantias	O.L.	040 404	144.357	
Instrumentos financeiros derivativos	6b.	618.481	279.528	
Operações de Crédito	0	1.909.780	2.087.491	
Operações de crédito	8.	2.262.630	2.525.108	
Setor público Setor privado		2.240.124	44.599 2.480.509	
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	9.	(352.850)	(437.617)	
Operações de Arrendamento Mercantil	9. 8i.	(332.830)	(437.617)	
Arrendamentos a receber - setor privado	OI.	39.529	102.091	
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil a receber		(39.529)	(102.091)	
Provisão para créditos de arrendamento		(00.020)	(102.001)	
mercantil de liquidação duvidosa		(4.748)	(17.481)	
Outros Créditos		2.211.119	1.522.947	
Carteira de câmbio	10.	2.231	264	
Ativo Fiscal Diferido - créditos tributários	28.a	1.694.872	1.086.235	
Diversos	11.	558.293	448.629	
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9.	(44.277)	(12.181)	
Outros Valores e Bens		283.880	305.084	
Outros valores e bens	12a.	331.561	321.587	
Despesas antecipadas	12b.	30.147	60.238	
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	12a.	(77.828)	(76.741)	
Permanente		386.761	554.105	
Investimentos		1.581	1.564	
Participações em controladas - no país		869	849	
Outros investimentos		1.202	1.205	
Provisão para perdas em investimentos		(490)	(490)	
Imobilizado de Uso	13b.	114.403	125.749	
Imóveis de uso		166.813	164.528	
Outras imobilizações de uso		35.590	37.624	
Depreciações acumuladas		(88.000)	(76.403)	
Imobilizado de Arrendamento		203.668	362.853	
Bens arrendados		379.267	512.729	
Superveniência de depreciação		35.067	122.216	
Depreciações acumuladas	10-	(210.666)	(272.092)	
Intangivel Atives intangiveis	13c.	62.235 115.914	58.478 113.795	
Ativos intangiveis Amortização acumulada				
Diferido	13d.	(53.679) 4.874	(55.317) 5.461	
Gastos de organização e expansão	ıou.	30.783	43.886	
Perdas em arrendamento a amortizar		12.148	9.648	
Amortização acumulada		(38.057)	(48.073)	
Total do Ativo		14.194.833	15.684.517	

## China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A - CCB Brasil e empresas controladas e assemelhadas Balanços patrimoniais em 31 de dezembro Em milhares de reais

		BICBANCO	PRUDENCIAL
		2015	2014
PASSIVO			
Circulante		9.531.802	10.826.207
Depósitos	17a.	2.656.979	4.952.474
Depósitos à vista		114.105	219.540
Depósitos de poupança		12.733	12.834
Depósitos interfinanceiros		145.202	237.840
Depósitos a prazo		2.382.567	4.479.103
Depósitos em moedas estrangeiras		2.372	3.157
Captações no Mercado Aberto	18.	1.511.007	1.614.644
Carteira própria Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		1.511.007	1.614.644
Recursos de letras emitidas		442.814 410.914	1.545.266 589.935
Letras de crédito imobiliário		141.910	233.234
Letras de crédito de agronegócio		192.662	258.268
Letras financeiras		76.342	98.433
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	19.	31.900	955.331
Relações Interfinanceiras		3_	10.361
Recebimentos e pagamentos a liquidar		3	29
Correspondentes no país			10.332
Relações Interdependências		23.202	15.235
Recursos em trânsito de terceiros	20	23.202	15.235
Obrigações por Empréstimos Empréstimos no exterior	20.	4.131.999	1.775.301 1.775.301
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	22.	45.285	86.263
Ministério da Agricultura - FUNCAFÉ	ZZ.	37.656	74.929
Ministério das Cidades		7.629	11.334
Obrigações por Repasses do Exterior	20.	217.435	266.106
Instrumentos Financeiros Derivativos	6b.	25.132	11.811
Instrumentos financeiros derivativos		25.132	11.811
Outras Obrigações		477.946	548.746
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	40	1.097	3.233
Carteira de câmbio Sociais e estatutárias	10.	20.476 13.316	43.658 1.354
Fiscais e previdenciárias	23.	69.340	38.021
Negociação e intermediação de valores	20.	8.181	5.176
Divida subordinada	26.	19.948	98.385
Diversas	24.	345.588	294.923
Obrigações por cotas subordinadas - FIDC			63.996
Exigível a Longo Prazo		3.833.378	3.612.770
Depósitos	17a.	1.065.116	1.723.828
Depósitos interfinanceiros		665.612	164.150
Depósitos a prazo		399.504	1.559.678
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		130.912	232.959
Recursos de letras emitidas Letras de crédito imobiliário		75.604 56.844	156.369 48.722
Letras de crédito de agronegócio		11.964	36.968
Letras financeiras		6.796	70.679
Recursos de aceites cambiais		242	209
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	19.	55.066	76.381
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	22.	22.732	3.140
Ministério da Agricultura - FUNCAFÉ		22.732	3.140
Obrigações por Repasses do Exterior	20.	5.924	4.050.040
Outras Obrigações	00	2.608.694	1.652.843
Fiscais e previdenciárias Divida subordinada	23. 26.	681.240 1.492.185	655.919 985.586
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	20.	397.526	905.500
Diversas	24.	37.743	690
Obrigações por cotas subordinadas - FIDC	**	<del>-</del>	10.648

Resultados de Exercícios Futuros	27.	29.107	26.100
Patrimônio Líquido	28.	800.546	1.219.440
Capital Social Realizado		2.012.810	2.012.810
De domiciliados no país		2.012.810	1.831.529
De domiciliados no exterior			181.281
Ajustes de avaliação patrimonial		(5.010)	(11.586)
Prejuízos acumulados		(1.218.226)	(726.679)
Participação de não controladores		66.077	
(-) Ações em tesouraria		(55.105)	(55.105)
Total do Passivo		14.194.833	15.684.517

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A - CCB Brasil e empresas controladas e assemelhadas

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e do segundo semestre Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação do capital social

				PRUDENCIAL
		2º Semestre		
	Nota	2015	2015	2014
Receitas da Intermediação Financeira		1.946.745	3.484.066	2.206.073
Operações de crédito	30a.	610.836	1.287.174	1.523.223
Operações de arrendamento mercantil		(4.764)	(6.736)	29.505
Resultado de títulos e valores mobiliários	30b.	258.149	508.532	276.740
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	30c.	768.328	1.143.774	133.061
Resultado de câmbio	30d.	314.101	551.104	242.156
Resultado de aplicações compulsórias		95	218	258
Operações de venda ou de transferências de ativos financias	eiros			1.130
Despesas da Intermediação Financeira		(2.282.524)	(3.979.877)	(2.780.718)
Captação no mercado	30e.	(1.062.107)	(1.968.271)	(1.238.958)
Empréstimos, cessões e repasses	30f.	(723.134)	(1.031.493)	(267.943)
Operações de venda ou de transferências de ativos finance	eiros	(468)	(2.198)	(655)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9a.	(496.815)	(977.915)	(1.273.162)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		(335.779)	(495.811)	(574.645)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(281.987)	(575.695)	(590.012)
Receitas de prestação de serviços		28.762	62.999	72.458
Rendas de tarifas bancarias		4.535	10.474	23.292
Despesas de pessoal	30i.	(115.845)	(223.465)	(225.380)
Despesas tributárias	30k.	(14.415)	(32.382)	(56.928)
Resultado de participações em controladas	15.	12	20	(48)
Outras despesas administrativas	30j.	(88.968)	(170.687)	(197.765)
Outras receitas operacionais	30g.	39.279	71.001	64.109
Outras despesas operacionais	30h.	(135.347)	(293.655)	(269.750)
Resultado Operacional		(617.766)	(1.071.506)	(1.164.657)
Resultado não operacional	30m.	(4.537)	(2.673)	(80.077)
Resultado Antes da Tributação e Participações Sobre d	Lucro	(622.303)	(1.074.179)	(1.244.734)
Imposto de renda	29c.	(9.238)	(16.574)	(1.280)
Contribuição social	29c.	(8.091)	(12.727)	(3.421)
Ativo fiscal diferido - Impostos e contribuições	29c.	416.073	611.933	526.716
Participações estatutárias no lucro				(7.867)
Prejuízo Líquido do Período		(223.559)	(491.547)	(730.586)
Resultado atribuido ao controlador		(228.506)	(501.451)	
Resultado atribuido ao não controlador		4.947	9.904	
Número de Ações Integralizadas (mil)	28.			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Prejuízo por Ação do Capital Social - R\$

				_	Reservas de	lucros				
	Nota	Capital social	Ações em Tesouraria	Reservas de capital	Legal	Estatutária	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Participação de não controladores	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2014 Ajuste de exercícios anteriores - coligadas		1.464.599	(57.507)	2.589	76.654	490.206	(11.617)	<b>(93.353)</b> (10)		<b>1.871.571</b> (10)
Pagamento de remuneração em ações Aumento de capital com reservas Cisão de coligadas Ajustes de avaliação patrimonial		510.941 37.270	2.402	(2.589)	(66.660) (6.943)	(460.316) (24.444)	31	16.035 72.738		2.402 76.032 31
Transferência para amortização prejuízo Prejuizo líquido do exercício Saldos em 31 de dezembro de 2014		2.012.810	(55.105)		(3.051)	(5.446)	(11.586)	8.497 (730.586) <b>(726.679)</b>		(730.586) <b>1.219.440</b>
Mutações do exercício	-	548.211	2.402	(2.589)	(76.654)	(490.206)	31	(633.326)		(652.131)
Saldos em 01 de janeiro de 2015 Ajustes de avaliação patrimonial Prejuizo líquido do exercício		2.012.810	(55.105)				<b>(11.586)</b> 6.576	<b>(726.679)</b> (491.547)		<b>1.219.440</b> 6.576 (491.547)
Participação de não controladores Saldos em 31 de dezembro de 2015	•	2.012.810	(55.105)				(5.010)	(1.218.226)	66.077 <b>66.077</b>	66.077 <b>800.546</b>
Mutações do exercício	-						6.576	(491.547)	66.077	(418.894)
Saldos em 01 de julho de 2015 Ajustes de avaliação patrimonial Prejuizo líquido do semestre		2.012.810	(55.105)				<b>(18.773)</b> 13.763	( <b>994.667</b> ) (223.559)		<b>944.265</b> 13.763 (223.559)
Participação de não controladores Saldos em 31 de dezembro de 2015	=	2.012.810	(55.105)				(5.010)	(1.218.226)	66.077 <b>66.077</b>	66.077 <b>800.546</b>
Mutações do semestre	=		<u> </u>				13.763	(223.559)	66.077	(143.719)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A – CCB Brasil e empresas controladas e assemelhadas

Fluxo de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e do segundo semestre em 30 de junho de 2015 e 2014 - Metodo Indireto Em milhares de reais

	_		PRUDENCIAL
	2º Semestre		
	2015	2015	2014
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro (Prejuizo) Líquido	(223.559)	(491.547)	(730.586)
Ajustes ao Lucro (Prejuizo) Liquido	564.632	1.110.437	1.463.469
Prov. p/ créditos de liquidação duvidosa	496.815	977.915	1.273.162
Depreciações e amortizações	6.583	15.935	29.280
Pagamento de remuneração em ações	- 2.205	-	2.402
Provisão outras Provisão com processos cíveis e trabalhistas	3.265 15.659	1.519 29.268	67.932 44.968
Resultado de participações em controladas	(12)	(20)	44.908
Perda na venda de outros investimentos	-	-	1
Perda (Ganho) na venda de imobilizado	2.432	2.479	(182)
Perda (Ganho) na venda bens não de uso próprio	(1.654)	(3.808)	6.834
Superveniência/insuficiência de depreciação	41.544	87.149	39.034
Outros	-	-	(10)
Lucro Liquido Ajustado	341.073	618.890	732.883
Daducão con pulicaçãos infent de liquidar	40.040	44 474	FF 400
Redução em aplicações inferf.de liquidez (Aumento) em títs.vals mob. e instr.fin.deriv.	42.946 (74.557)	41.471 (615.253)	55.400 (2.155.274)
(Aumento)/redução em relações interfinanceiras e interdependencias	49.099	62.515	(91.729)
Redução em op. de créd.e de arrend.merc.	1.113.564	1.781.379	635.501
(Aumento) em outros créditos e outros valores e bens	(155.805)	(425.830)	(923.211)
Aumento em depósitos	(2.250.291)	(2.954.206)	(368.546)
Aumento/(redução) em captações no mercado aberto	513.000	(103.637)	1.573.543
Aumento/(redução) em outras obrigações	71.738	30.094	(196.761)
Aumento em result. de exerc. futuros	4.143	3.007	5.904
Caixa Liquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais	(345.090)	(1.561.570)	(732.290)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos :			
Cisão de coligadas	- (57,000)	(05.054)	76.032
(Aumento) em títulos e valores mobiliários Alienação de bens não de uso próprio	(57.293) 24.162	(35.954) 31.891	(59.748) 154.488
Alienação de investimentos	24.102	7	1.503
Alienação de imob. de uso e de arrend.	56.501	94.877	124.273
Aquisição de bens não de uso próprio	(24.919)	(38.057)	(34.064)
Aquisição de investimentos	-	(4)	-
Aquisição de imob. de uso e de arrendamento	(19.312)	(31.331)	(70.039)
Aplicação no intangível	(1.638)	(2.178)	(2.427)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	(22.499)	19.251	190.018
Fluvo do Caiva dos Atividades de Financiamentes			
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos (Redução) em recursos de emissão de títulos	(1.276.534)	(1.204.500)	(100.278)
Aumento/(redução) em obrig. p/empr. e repasses	1.126.355	2.292.566	(413.205)
Aumento em dívidas subordinadas	271.199	428.162	131.517
Aumento em instrumento de divida elegíveis a capital	397.526	397.526	-
Participação de não controladores	66.077	66.077	-
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	584.623	1.979.831	(381.966)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	217.034	437.512	(924.238)
Saldo inicial de caixa e equivalentes	507.943	287.465	1.211.703
Saldo final de caixa e equivalentes Saldo final de caixa e equivalentes	724.977	724.977	287.465
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	217.034	437.512	(924.238)

# China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A – CCB Brasil e empresas controladas e assemelhadas

Demostrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e do segundo semestre

Em milhares de reais

			PRUDENCIAL
	2º Semestre 2015	2015	2014
1.Receitas	1.465.869	2.521.494	926.968
1.1 Intermediação Financeira	1.946.745	3.484.066	2.206.073
1.2 Prestação de Serviços	33.297	73.473	95.750
1.3 Provisão p/devedores duvidosos - Reversão / (Constituição)	(496.815)	(977.915)	(1.273.162)
1.4 Outras	(17.358)	(58.130)	(101.693)
2.Despesas de Intermediação Financeira	1.785.709	3.001.962	1.507.903
3.Insumos Adquiridos de Terceiros	123.286	241.966	272.385
3.1 Materiais, energia e outros	25.250	44.663	38.927
3.2 Serviços de terceiros	34.230	64.989	87.145
3.3 Perda (Recuperação) de valores ativos	63.806	132.314	146.313
4.Valor Adicionado Bruto (1-2-3)	(443.126)	(722.434)	(853.320)
5. Depreciação, amortização e exaustão	6.584	15.936	29.279
6.Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (4-5)	(449.710)	(738.370)	(882.599)
7.Valor Adicionado Recebido em Transferência	374	651	388
7.1 Resultado de equivalência patrimonial	12	20	(48)
7.2 Outras	362	631	436
8.Valor Adicionado a Distribuir (6+7)	(449.336)	(737.719)	(882.211)
9. Distribuição do Valor Adicionado	(449.336)	(737.719)	(882.211)
9.1 Pessoal	98.716	189.464	198.602
9.1.1 Remuneração direta	78.644	152.340	162.762
9.1.2 Beneficios	12.314	23.500	22.556
9.1.3 F.G.T.S.	7.758	13.624	13.284
9.2 Impostos, taxas e contribuições	(338.534)	(464.511)	(384.383)
9.2.1 Federais	(346.700)	(482.484)	(401.423)
9.2.2 Estaduais	691	1.112	1.199
9.2.3 Municipais	7.475	16.861	15.841
9.3 Remuneração de capitais de terceiros	14.041	28.875	34.156
9.3.1 Alugueis	14.041	28.875	34.156
9.4 Remuneração de capitais próprios	(223.559)	(491.547)	(730.586)
9.4.3 Lucros / prejuizos retidos	(223.559)	(491.547)	(730.586)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A - CCB Brasil, anterior Banco Industrial e Comercial S.A. - BICBANCO, ("Companhia") constituído em 29 de dezembro de 1938 e autorizado pelo Banco Central do Brasil - BACEN a operar na forma de Banco Múltiplo, desenvolvendo suas operações por meio das carteiras: comercial, investimentos, crédito imobiliário e câmbio.

Por meio de empresas controladas atua nos mercados: de arrendamento mercantil, de crédito, financiamentos e investimentos, administração de fundos de investimentos, distribuição e corretagem de câmbio e valores mobiliários e administração de cartões de crédito e possui participação de 50% em uma *Joint Venture* destinada a operações no mercado de *Factoring* e *Forfaiting*.

Em 29 de agosto de 2014, foi concluída a transferência do controle acionário, para a CCB Brazil Financial Holding - Investimentos e Participações Ltda (CCB Holding) ("Controlador"), subsidiária do China Construction Bank, das ações representativas do controle acionário do CCB Brasil e suas subsidiárias.

Em 01 de setembro de 2014, foram eleitos três representantes para o Conselho de Administração do CCB Brasil e cinco novos membros para Diretoria Executiva. A homologação do Banco Central do Brasil ocorreu em 23 de março de 2015 e os novos membros tomaram posse em 26 de maio de 2015. A gestão do CCB Brasil está sendo comandada pelos novos membros nomeados pelo Controlador e exercida de forma compartilhada pelos membros remanescentes da Administração anterior, sendo dois integrantes do Conselho de Administração e quatro Diretores Estatutários, todos na condição de administradores independentes.

A partir da transferência do controle acionário as operações do CCB Brasil passaram a ser conduzidas no contexto operacional de seu novo Controlador, e incluíram a consistência das políticas internas, estimativas contábeis, o alinhamento das práticas operacionais e o revigoramento e equacionamento do custo de captação - por meio da obtenção de uma linha de crédito junto ao controlador na ordem de US\$ 2 bilhões. Buscam, ainda, o reposicionamento do resultado da intermediação financeira com vistas a retomada de resultados operacionais positivos, a obtenção de resultados tributáveis em níveis suficientes à realização do estoque de créditos tributários, o cumprimento dos limites operacionais mínimos de capitalização por meio da emissão de instrumentos assemelhados a capital e a capitalização direta do Banco.

No contexto do cumprimento dos limites operacionais situam-se: (a) a emissão de títulos no exterior, em 30 de setembro de 2015, no montante de US\$ 100 milhões elegíveis a Divida Subordinada para compor o Patrimônio de Referência nível II (Tier II), e (b) a aprovação pelos administradores do controlador final do CCB Brasil de um plano de capitalização, que encontra-se em processo de aprovação pelo China Banking Regulatory Commission - CBRC, visando aumento de capital do CCB Brasil no montante equivalente a US\$ 200 milhões. O objetivo dessa capitalização é a viabilização do plano de negócios e a recomposição dos níveis de capital regulatório, restabelecendo-se assim o capital nível I exigido pela regulamentação vigente. O processo de aprovação pela CBRC e a posterior homologação pelo BACEN são esperados para até o final do 1º semestre de 2016.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

Essas ações visam suprir as necessidades vindouras de capital, tais como determinadas pelo BACEN para alinhamento aos requerimentos de Basileia III e possibilitar a retomada do volume de operações comerciais do Banco e suas subsidiárias e correspondem ao compromisso assumido pelo novo Controlador em seu Plano de Negócios para instalação e funcionamento no Brasil, o qual repousa sobre a premissa básica da manutenção de adequada capitalização da instituição financeira. Além das ações mencionadas acima, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram captados junto ao controlador no exterior o montante de US\$ 900 milhões, da linha de crédito aprovada de US\$ 2 bilhões, conforme apresentado na nota explicativa nº 20.

As premissas citadas, que incluem: crescimento vigoroso da carteira de crédito nas operações com empresas chinesas, retomada das operações com moedas estrangeiras voltadas ao financiamento do comércio exterior, concentração de maiores esforços nos processos voltados a recuperações de créditos e incentivo a obtenção de receitas através de operações que não exponham a riscos, fundamentam o Estudo Técnico de Realização de Crédito Tributário, devidamente aprovado pelos colegiados da diretoria e do conselho de administração, pelo qual evidencia-se a capacidade de geração de lucros tributáveis futuros, ao longo dos próximos anos, em volume suficiente à realização do estoque de créditos a compensar considerando as alíquotas vigentes em cada período.

Em 30 de setembro de 2015, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária, para aprovar a alteração da denominação do Banco Industrial e Comercial S/A - BICBANCO para China Construction Bank (Brasil) - Banco Múltiplo S.A - CCB Brasil e padronizar a Razão Social das demais empresas. O BACEN homologou a alteração da razão social em 29 de outubro de 2015, sendo que em 16 de novembro de 2015 foi registrada pela JUCESP.

A CCB Holding em 01 de setembro de 2014 submeteu a apreciação e aprovação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, pedido de registro de oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão do CCB Brasil detidas pelos acionistas minoritários, com vistas a futuro cancelamento de seu registro de Companhia aberta. Em 29 de setembro de 2015, foi realizado o leilão de oferta pública unificada para aquisição de até a totalidade das ações ordinárias e preferenciais da Companhia. Como resultado do Leilão, o CCB Brazil Financial Holding - Investimentos e Participações Ltda. ("Ofertante") adquiriu 2.150.605 ações ordinárias de emissão da Companhia, equivalentes a aproximadamente 1,3% das ações ordinárias de emissão da Companhia e 0,9% do capital social total da Companhia; e 52.704.417 ações preferenciais de emissão da Companhia, equivalentes a 56,9% das ações preferenciais de emissão da Companhia e 20,8% do capital social total da Companhia. A liquidação das aquisições realizadas no leilão ocorreu em 1º de outubro de 2015.

Em 19 de outubro de 2015, a CVM aprovou o cancelamento do registro de emissor de valores mobiliários categoria "A" da Companhia, deste modo, a instituição passa a ser uma companhia de capital fechado e as ações de sua emissão deixaram de ser listadas para negociação na BM&FBOVESPA e em qualquer outro mercado organizado.

do Banco e suas subsidiárias. O processo está em vias de ser concluído e a administração estima sua finalização, incluindo homologação pelo BACEN, até no máximo o final do primeiro semestre de 2016.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

#### a) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) S.A - CCB Brasil foram elaboradas de acordo com a Resolução nº 4.280 de 31/10/2013 e Circular nº 3.701 de 13/03/2014, do BACEN e atendem os propósitos específicos da referida resolução. Foram aplicados as definições e os critérios de avaliação e de reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas previstos na regulamentação consubstanciada no COSIF. Para as entidades não sujeitas às normas do COSIF foram realizados os ajustes necessários para que a avaliação e o reconhecimento dos ativos, passivos, receitas e despesas possam refletir adequadamente a regulamentação requerida.

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A - CCB Brasil elabora suas demonstrações financeiras consolidadas societárias e estão disponíveis no seu site em Relações com Investidores (http://www.br.ccb.com).

#### b) Demonstrações financeiras consolidadas

Conforme determinado no artigo 1º e 4º, da Resolução nº 4.280, de 31/10/2013, do CMN, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) S.A - CCB Brasil, incluem a consolidação das entidades localizadas no país e no exterior, as empresas controladas direta ou indiretamente, os fundos de investimentos em direitos creditórios - FIDC's, proporcionalmente o Empreendimento Controlado em conjunto.

Os saldos patrimoniais e os resultados originados de transações entre as empresas foram eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Artigo 1º da Resolução nº 4.280	%
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A.	100
CCB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	100
CCB Brasil Financeira S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos	100
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	100
BRASILFactors (*)	50

Artigo 4º da Resolução nº 4.280	%			
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Corporativo II	100			
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Aberto				
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BrasilFactors Crédito Corporativo (*)	100			

<sup>(\*)</sup> No primeiro semestre de 2015, houve alteração no percentual de participação - nota b2.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

#### b.1) Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC's

Os Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios Aberto e Corporativo II foram liquidados em 17 de abril e 04 de agosto de 2015, respectivamente.

Em conformidade com as normas da CVM, na condição de originador de recebíveis cedidos ao FIDC, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Corporativo II e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Aberto, foram consolidadas as informações contábeis dos referidos FIDC's em dezembro de 2014. Além destes fundos, foi incluído nas demonstrações financeiras consolidadas, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BrasilFactors Crédito Corporativo, cujas cotas subordinadas são detidas em sua totalidade pela BrasilFactors (Joint Venture).

Os FIDC's acima mencionados foram constituídos na forma da instrução CVM nº 393/03, com a característica de condomínio fechado, oriundo de operações de empréstimos e com prazos de duração indeterminados, tendo o CCB Brasil e a BrasilFactors subscrito a totalidade das cotas subordinadas, sendo que as cotas seniores foram subscritas por investidores qualificados.

Os FIDC's do CCB Brasil apresentavam as seguintes posições patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2014:

	Dezembro/14
Ativo	
Disponibilidades	16
Aplicações interfinanceiras de liquidez	22.349
Títulos públicos federais	41.798
Direitos creditórios	47.351
(-) Provisão para devedores duvidosos	(7.068)
(-) Provisão para outros créditos	(1.127)
Outros Valores	3
Total do Ativo	<u>103.322</u>
Passivo	
Obrigações	118
Patrimônio Líquido	103.204
Cotas seniores	28.209
Cotas subordinadas	74.995
Total do Passivo	<u>103.322</u>

#### b.2) Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) - BRASILFactors

O CCB Brasil, em 25 de abril de 2011, assumiu participação de 40% no capital da BRASILFactors S.A., uma *joint venture*, que tem como demais acionistas o FIMBank PLC (40%) e o International Finance Corporation - IFC (20%). No primeiro trimestre de 2015, o CCB Brasil e o FIMBANK alteraram o percentual de participação no capital da BRASILFactors S.A para 50%, o controle permanece compartilhado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

As atividades principais da empresa são voltadas aos serviços de *factoring* e *forfaiting*, compreendendo a aquisição de recebíveis do mercado doméstico e internacional, tendo por mercado alvo as empresas pequenas e médias.

#### b.3) Balanço das controladas diretas

						Dezembro/15
	CCB DTVM	CCB Brasil Leasing	CCB Financeira	CCB Brasil Cartões	Brasil Factors	Total
Ativo Total	20.169	373.852	1.290.610	42.047	36.918	1.763.596
Circulante e realizável a longo prazo	20.169	165.310	1.289.396	42.047	36.831	1.553.753
Disponibilidades	22	488	1.041	8.713	840	11.104
Aplicações interfinanceiras		127.987	52.042			180.029
Títulos e valores mobiliários	19.653	9.291	6.272	23.656	30.888	89.760
Operações de crédito			640.558		925	641.483
Operação de arrendamento mercantil		(10.426)		1		(10.426)
Outros créditos	494	31.707	558.668	9.678	4.164	604.711
Outros valores e bens		6.263	30.815		14	37.092
Ativo permanente		208.542	1.214		87	209.843
Passivo Total	20.169	373.852	1.290.610	42.047	36.918	1.763.596
Circulante e exigível a longo prazo	2.001	145.375	1.159.831	30.954	32.493	1.370.654
Depósitos			1.137.969	-	-	1.137.969
Recursos de aceites cambiais e debêntures			241	1	1	241
Obrigações por empréstimos e repasses				_	29.218	29.218
Instrumentos financeiros e derivativos					1.651	1.651
Outras obrigações	2.001	145.375	21.621	30.954	1.624	201.575
Patrimônio líquido - Capital social e reservas	16.921	214.455	134.806	8.241	5.581	380.004
Resultado do período	1.247	14.022	(4.027)	2.852	(1.156)	12.938

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

						Dezembro/14
	CCB DTVM	CCB Brasil Leasing	CCB Financeira	CCB Brasil Cartões	Brasil Factors	Total
Ativo Total	18.666	593.348	1.189.445	34.763	20.833	1.857.055
Circulante e realizável a longo prazo	18.666	225.034	1.187.413	34.763	20.742	1.486.618
Disponibilidades	12	509	1.151	2.025	64	3.761
Aplicações interfinanceiras	-	127.105	4.702	-		131.807
Títulos e valores mobiliários	18.204	88.675	14.598	23.069	16.058	160.604
Operações de crédito	-	-	612.313	-	2.851	615.164
Operação de arrendamento mercantil	-	(34.614)	1	-		(34.614)
Outros créditos	450	39.408	520.066	9.669	1.751	571.344
Outros valores e bens	-	3.951	34.583	-	18	38.552
Ativo permanente	-	368.314	2.032	-	91	370.437
Passivo Total	18.666	593.348	1.189.445	34.763	20.833	1.857.055
Circulante e exigível a longo prazo	1.745	378.893	1.054.605	26.521	16.669	1.478.433
Depósitos	-	189.216	1.033.185	-		1.222.401
Recursos de aceites cambiais e debêntures	-	-	209	-		209
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-		-	15.877	15.877
Outras obrigações	1.745	189.677	21.211	26.521	792	239.946
Patrimônio líquido - Capital social e reservas	15.892	219.291	127.364	7.332	4.313	374.192
Resultado do período	1.029	(4.836)	7.476	910	(149)	4.430

#### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### a) Resultado das operações

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

#### b) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras, estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências e obrigações, a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos, inclusive ágio na aquisição de investimentos, e a avaliação dos instrumentos financeiros derivativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes a esse processo. O CCB Brasil revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

#### c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentada em Real, moeda funcional e de apresentação do CCB Brasil.

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço divulgada pelo BACEN, sendo as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do período.

Para a agência no exterior, por se tratar na essência de uma extensão das atividades do Brasil, os ativos, os passivos e os resultados, são adaptados às práticas contábeis utilizadas pelo CCB Brasil e foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. O resultado da variação cambial é registrado nas contas contábeis que as originaram na demonstração do resultado.

#### d) Caixa e equivalentes de caixa para o fluxo de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

#### e) Ativo circulante e realizável a longo prazo

#### e.1) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

#### e.2) Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários, são assim classificados e avaliados:

- Títulos para negociação títulos e valores mobiliários adquiridos com o intuito de serem ativa e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- Títulos disponíveis para venda títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação, nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.
- Títulos mantidos até o vencimento títulos e valores mobiliários, em que a
  Administração declara a intenção e capacidade financeira para sua
  manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de
  aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao
  resultado do período.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

#### e.3) Instrumentos financeiros derivativos

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período.

### e.4) Operações de crédito e de arrendamento mercantil e provisão para operações de crédito e de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação e aos devedores, observando os parâmetros e requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (potencial perda) e o julgamento da Administração.

A partir de Setembro de 2014, objetivando alinhar a política interna de classificação de clientes e atribuição de *ratings*, mantida fundamentação na Resolução nº 2.682/99 do BACEN, para alinhamento às práticas do novo controlador, a provisão de créditos de liquidação duvidosa passou a considerar os seguintes aspectos julgados relevantes:

a) maior destaque à ponderação do resultado da avaliação da situação financeira das empresas, com prevalência sobre outros fatores tomados em consideração na análise dos riscos; b) revisão da importância atribuída para garantias vinculadas, quando provocam melhoras de *ratings* de clientes; c) revisão dos prazos mínimos para deterioração de *ratings*, quando decorrentes de atrasos nos pagamentos; d) redução do limite referencial para que operações em atraso provoquem a redução do *rating* de todo o grupo econômico; e) reclassificação imediata para maior nível de risco, das operações com empresas que declarem situação de recuperação judicial em qualquer fase do uso daquele instituto. Por fim, a administração entendeu necessário reposicionar os principais elementos considerados na análise econômica de seus clientes e assim adotar esses preceitos no cálculo das provisões para perdas em operações de crédito, respeitadas as condições mínimas requeridas pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por 06 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela referida Resolução, conforme demonstrado na Nota 9c - Composição da provisão por níveis de risco.

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de:

- a) não cancelamento;
- b) opção de compra; e
- c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

- Arrendamentos a receber refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.
- Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG) registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas de contraprestação de arrendamento mercantil e valor residual a balancear ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

#### e.5) Bens não de uso

Os bens não de uso próprio são registrados com base em laudos de avaliação elaborados por empresas especializadas. A data base deste registro é a do efetivo recebimento do bem e, consequentemente, da liquidação da operação. Os lucros ou prejuízos apurados nas vendas são reconhecidos no resultado do período. Os bens não de uso próprio estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou quando há indicação de desvalorização.

#### e.6) Outros valores e bens

Referem-se substancialmente às despesas pagas antecipadamente, diferidas por conta da obtenção de benefícios pelo valor pago durante mais de um exercício, compostas por despesas com captações de recursos no exterior e comissões pagas a correspondentes bancários, por conta da originação de operações de empréstimos e financiamentos, as quais serão reconhecidas em despesas efetivas, segundo o prazo das operações contratadas, ou quando da baixa da operação em decorrência de prépagamento ou baixa para perda.

#### e.7) Demais ativos financeiros, circulantes e realizáveis a longo prazo

São apresentados pelo valor líquido de realização.

#### f) Permanente

- **f.1)** O ágio apurado na aquisição de investimento, decorrente de expectativa de rentabilidade futura, é amortizado pelo montante equivalente ao resultado auferido pela empresa adquirida.
- **f.2)** O imobilizado de uso, demonstrado ao custo de aquisição, é depreciado linearmente com base em taxas anuais em função da expectativa da vida útil estimada dos bens, como segue: imóveis: 04%; móveis, utensílios, sistemas de comunicações e instalações: 10%; e, sistema de processamento de dados e veículos: 20%.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

**f.3)** O imobilizado de arrendamento, demonstrado ao custo, é reduzido pela depreciação acumulada, calculada de forma acelerada em 30% e segundo determinação das Portarias MF nºs. 140/84 e 113/88. Consequentemente, visando atender ao regime de competência, foi reconhecido no resultado do exercício de 2015 uma insuficiência de depreciação no montante de R\$ 87.149 (2014 - R\$ 39.033) equivalente ao ajuste a efetivo valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação. O saldo acumulado de superveniência de depreciação é de R\$ 35.067 (Dezembro/14 - R\$ 122.216), resultando na realização de uma provisão para imposto de renda diferido, classificado em outras obrigações de R\$ 21.787 (Dezembro/14 - R\$ 9.758). O prejuízo ao final do contrato, em função da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo restante de vida útil do bem objeto do arrendamento. O imposto de renda e a contribuição social diferido são calculados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos".

As taxas anuais de depreciação, sem consideração da referida redução de 30% são:

	%
Aeronaves	10
Edificações	4
Veículos	20
Máquinas e equipamentos	10

- Perdas em Arrendamento Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados quando efetuados aos próprios arrendatários são diferidos e amortizados pelo prazo de 70% da vida útil normal dos bens deduzido o período contratual da operação, sendo demonstrados juntamente com o imobilizado de arrendamento.
- Superveniência (insuficiência) de depreciação Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.
- **f.4)** No ativo intangível, estão registrados os valores relativos a softwares, demonstrado ao custo, que é amortizado linearmente à taxa de 20% ao ano.
- **f.5)** O ativo diferido é composto por gastos com aquisição e desenvolvimento logiciais incorridos até 31 de dezembro 2008 e benfeitorias em imóveis de terceiros, relativos à instalação e manutenção de agências, com amortização à taxa anual de 20% ou pelos prazos dos contratos de locação. De acordo com a Resolução nº 3.617/08 do BACEN estes gastos não poderão mais ser diferidos e o saldo remanescente deverá ser mantido até a sua efetiva baixa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

#### g) Passivo circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias (em base "pro rata") e cambiais auferidas.

O imposto de renda e a contribuição social são registrados na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", e são calculados sobre o lucro contábil ajustado nos termos da legislação tributária, às alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% acima de determinado limite para o imposto de renda e, de 15% sobre lucro antes da dedução do imposto de renda para a contribuição social até agosto de 2015 e, a partir de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018, 20%, conforme a lei nº 13.169/15. O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão registrados na rubrica "Outras obrigações - Fiscais e Previdenciárias", e os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais estão registrados em "Outros Créditos - Diversos".

#### h) Contingências e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com critérios definidos pela Resolução do CMN nº. 3.823/09.

**Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de decisão judicial favorável, sobre a qual não se admitam recursos, caracterizados como praticamente certo. Os ativos com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa (nota 24). O CCB Brasil não possui ativos contingentes de êxito provável.

**Passivos contingentes:** são reconhecidos contabilmente quando a Administração, assessorada pelos consultores jurídicos, avalia a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificados como possível são apenas divulgados em nota explicativa (nota 24).

**Obrigações legais:** estão reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

#### i) Venda ou transferência de ativos financeiros - Cessão de Crédito

A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais do fluxo de caixa se expiram ou quando ocorre a venda ou transferência do mesmo.

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.533/08 do BACEN, a venda ou transferência de um ativo financeiro é classificada em três categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda incondicional de ativo financeiro; (II) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e, (III) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda de ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (II) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (III) venda de ativo financeiro em conjunto com swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao vendedor ou cedente; (IV) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; (V) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador.
- Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios: são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, a comparação da exposição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada.

#### j) Demonstrações de valor adicionado

O CCB Brasil elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do Pronunciamento Técnico - CPC 09, as quais são apresentadas como informações adicionais às demonstrações financeiras.

#### 4. DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

#### a) Disponibilidades

	Dezembro/15	Dezembro/14
Caixa	1.073	2.946
Depósitos no exterior em moedas estrangeiras (*)	393.290	172.152
Total	394.363	<u>175.098</u>

<sup>(\*)</sup> Do total dos depósitos no exterior em moedas estrangeiras, o montante de R\$ 248.104 (Dezembro/14 - R\$ 83.824) é remunerado à taxa média de 0,06% a.a. (Dezembro/14 - 0,07% a.a.).

#### b) Aplicações no mercado aberto

Vencimento	Dezembro/15	Dezembro/14
Até 30 dias	6.376	22.843
Total	6.376	22.843

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

#### c) Aplicações em depósitos interfinanceiros

Vencimento	Dezembro/15	Dezembro/14
Até 30 dias	2.541	10.301
De 31 a 90 dias	16.743	85.847
De 91 a 360 dias	1.048	19.212
Acima de 360 dias	-	3.142
Total	20.332	118.502

#### d) Aplicações em moedas estrangeiras

Vencimento	Dezembro/15	Dezembro/14
Até 30 dias	330.614	39.201
Total	<u>330.614</u>	<u>39.201</u>

#### 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

#### a) Política de atuação

Os títulos e valores mobiliários são avaliados, quanto à sua destinação, por ocasião das aquisições e a carteira formada é avaliada a cada balanço semestral. Para os títulos mantidos até o vencimento a Administração declara a intenção e capacidade financeira para manutenção até o vencimento.

#### b) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por tipo e categoria

	Sem vencto.	Até 90 dias	91 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total contábil	Custo corrigido	Valor de mercado
Títulos para negociação	1.861	133	-	3.307.610	3.309.604	3.307.427	3.309.604
Carteira própria	1.861		-	1.383.689	1.385.683	1.383.762	1.385.684
Letras Financeiras Tesouro		-		1.383.658	1.383.658	1.383.598	1.383.658
Notas do Tesouro Nacional - B		133			133	133	133
Notas do Tesouro Nacional - C		-		31	31	30	31
Carteira de renda variável	1.861	-			1.861	1	1.861
Vinculados a operações compromissadas	-	-	-	1.645.069	1.645.069	1.644.849	1.645.069
Letras Financeiras Tesouro		-		1.645.069	1.645.069	1.644.849	1.645.069
Vinculados a prestação de garantias		-	-	278.852	278.852	278.815	278.852
Letras Financeiras Tesouro		-		278.852	278.852	278.815	278.852
Títulos disponíveis para venda	•	-	396.746	152.608	549.354	558.464	549.354
Carteira própria	-	-	396.746	93.842	490.588	497.399	490.588
Notas do Tesouro Nacional - B		_	396.746	93.842	490.588	497.399	490.588
Vinculados a compromissadas		-	-	52.495	52.495	54.795	52.495
Notas do Tesouro Nacional - B		-		52.495	52.495	54.795	52.495
Vinculados a prestação de garantias	-	-	-	6.271	6.271	6.270	6.271
Letras Financeiras Tesouro		-		6.271	6.271	6.270	6.271

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

Títulos mantidos até o vencimento	-	-	86.360	47.507	133.867	133.867	132.524
Carteira própria	•	-	86.360	47.507	133.867	133.867	132.524
Notas do Tesouro Nacional							
- B		-	86.360		86.360	86.360	85.017
Cotas - FIDC		-		47.507	47.507	47.507	47.507
Total Dezembro/15	1.861	133	483.106	3.507.725	3.992.825	3.999.758	3.991.483
Total Dezembro/14	17.067	58	77.270	3.538.261	3.632.656	3.640.927	3.617.939

<sup>(\*)</sup> Total de operações vinculadas à prestação de garantias R\$ 285.122 (Dezembro/14 - R\$ 154.105) sendo que o montante de R\$ 155.305 (Dezembro/14 - R\$ 132.109) refere-se à margem depositada em garantia das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, conforme nota 6b.5.

Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do BACEN, e os títulos privados na CETIP S.A. As ações estão registradas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC). As cotas do FIDC são controladas pelos Administradores dos Fundos.

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nos preços unitários, divulgados pela ANBIMA na data de balanço.

As ações que compõem a carteira de renda variável foram ajustadas com base na cotação média de negociação no último dia útil ou na ausência deste, na última cotação disponível. Os demais títulos no país foram ajustados a valor de mercado com base nas taxas referenciais da BM&FBOVESPA e, o valor das cotas de fundos de investimento pelo valor da cota na data do balanço divulgado pelo administrador.

#### c) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por indexador

				Dezembro/15
Título	Selic	IPCA	Outros	Total
Ações			1.861	1.861
Fundos			47.507	47.507
L.F.T	3.313.850			3.313.850
N.T.N-B		629.576		629.576
N.T.N-C			31	31
Total	3.313.850	<u>629.576</u>	49.399	3.992.825

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

					Dezembro/14
Título	Dólar	Selic	IPCA	Outros	Total
Ações	-	-	-	1.615	1.615
Fundos	15.452	-	-	59.111	74.563
Eurobonds	14.558	-	-	-	14.558
L.F.T	-	2.409.980	-	-	2.409.980
N.T.N-B	-	-	1.131.912	_	1.131.912
N.T.N-C	-	-	-	28	28
Total	30.010	2.409.980	1.131.912	60.754	3.632.656

#### 6. CARTEIRA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

#### a) Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros, registrados em contas patrimoniais aproxima-se do valor que se poderia obter por meio de negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, aproxima-se do valor presente dos fluxos de caixa ajustados pela taxa de juros vigente no mercado, exceto operações de crédito e arredamento mercantil.

As operações de crédito tiveram seus valores de mercado calculados a partir de indicadores disponíveis no mercado de acordo com a característica de cada operação.

O valor de mercado, dos depósitos interfinanceiros, dos depósitos a prazo prefixados e debêntures, foi calculado por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros das operações, com base nas taxas de juros de mercado divulgadas pela BM&FBOVESPA.

As operações passivas de títulos e valores mobiliários emitidos no exterior e as dívidas subordinadas tiveram seus valores de mercado calculados a partir dos valores divulgados e disponíveis na Bloomberg.

Os valores de mercado estimados em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram determinados utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologia usual de apreçamento: avaliação do valor nominal até a data do vencimento e descontado a valor presente às taxas de mercado futuro, publicados nos boletins da BM&FBOVESPA ou outras fontes de mercado.

Estas estimativas do valor justo apresentadas não são necessariamente indicativos de valores que o CCB Brasil e suas controladas poderiam realizar no mercado. A utilização de diferentes hipóteses ou metodologias de avaliação pode divergir dos montantes estimados de valor justo ora apresentados, tendo em vista a necessidade de parcela considerável de julgamento na interpretação das informações de mercado e sua liquidez.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

Os principais instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparados com os respectivos valores de mercado, estão assim apresentados:

		Dezembro/15
	Valor contábil	Valor justo
Ativos		
Títulos e valores mobiliários	3.992.825	3.991.483
Derivativos	961.206	961.206
Operações de crédito e arrendamento mercantil	6.297.882	6.545.806
Passivos		
Depósitos interfinanceiros	810.814	815.681
Depósitos a prazo	2.782.071	2.818.350
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	86.966	95.856
Derivativos	25.132	25.132
Dívidas subordinadas	1.512.133	1.697.801

		Dezembro/14
	Valor contábil	Valor justo
Ativos		
Títulos e valores mobiliários	3.632.656	3.617.940
Derivativos	650.273	650.273
Operações de crédito e arrendamento mercantil	9.774.917	10.164.306
Passivos		
Depósitos interfinanceiros	401.990	402.077
Depósitos a prazo	6.038.781	6.218.332
Derivativos	11.811	11.811
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	1.031.711	1.032.312
Dívidas subordinadas	1.083.971	1.217.067

#### b) Derivativos

# b.1) Política de utilização

O CCB Brasil realiza operações de derivativos tradicionais que visam atender as necessidades dos clientes, bem como executar sua política de gestão de riscos de modo a minimizar os riscos resultantes das operações financeiras. Seu objetivo é o de obter a mitigação da exposição às variáveis de mercado que impactem ativos e passivos do conglomerado. Para cumprir essa finalidade o Banco utiliza operações de *hedge* como uma proteção do fluxo de caixa e para mitigar a variabilidade das exposições.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

Os derivativos negociados são adquiridos para duas funções básicas:

**Trading** - como instrumento para assumir posições proprietárias e de gestão de riscos dos derivativos negociados com clientes que visam administrar riscos de mercado resultantes basicamente de flutuações em taxas de juros, câmbio e preços de ativos.

Hedge - para realização de hedge de portfólio estrutural.

Os derivativos que compõem a carteira de negociação ou *Trading Book* têm seus riscos mensurados, possuem limites e estratégias próprias que englobam todas as operações destinadas a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação. Estrategicamente os limites da Carteira *Trading* são bastante inferiores aos da carteira *Banking* e não há posicionamento direcional que venha a ser admitido além dos definidos pela Política. As operações com clientes compõem a carteira banking e são imediatamente avaliadas as condições de *hedge* com outra contraparte, auferindo o Banco receita somente como intermediário. Todavia, poderão ocorrer descasamentos nos casos em que a Tesouraria julgar melhor administrar sua posição Trading, dentro do seu limite de VaR. O cálculo de risco para esta carteira é efetuado diariamente e reportado ao Comitê de Tesouraria. Eventuais rompimentos dos limites estabelecidos são prontamente avaliados e necessariamente originam medidas de contenção.

Para a carteira *Banking*, o Banco utiliza o *hedge* como uma estratégia defensiva que busca evitar o risco provocado pela variação de preços e taxas em determinadas posições assumidas ou futuras, mediante a compensação entre os resultados produzidos pelos itens objetos e os instrumentos financeiros utilizados na proteção. Ao evitar a perda, o *hedge* também anula a possibilidade de ganho, sendo seu objetivo econômico a transferência dos riscos inerentes às operações para outro agente com posição oposta.

O instrumento financeiro derivativo é amplamente utilizado para proteger as posições ativas e passivas, compromissos assumidos e transações futuras, tanto para variações provocadas por alterações nas taxas de juros, câmbio e preços como para garantir a realização de fluxos de caixa projetados.

Os derivativos desempenham função fundamental no gerenciamento e controle de riscos, na medida em que compatibilizam os riscos com maior eficácia. Os derivativos possibilitam o apreçamento dos itens objetos de negociação e a redistribuição dos principais riscos inerentes, propiciando a movimentação de capitais entre os diversos mercados e criando novas oportunidades de negócios como consequente aumento e diversificação de carteiras.

Os contratos de derivativos negociados com clientes, no Brasil, são de operações de *Swap* e Mercado Futuro, todas registradas na BM&FBOVESPA S.A. - BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS ou na CETIP. Os contratos futuros de DI e dólar da BM&FBOVESPA são utilizados principalmente como instrumentos de *hedge* para mitigação do risco cambial e do investimento da Agência de Cayman e para trava de taxas de financiamentos oferecidos a clientes por prazos ou moedas descasados com os dos recursos utilizados para este fim.

# b.2) Proteção das Exposições Cambiais

O CCB Brasil efetua operações de *Swap* e NDF para fins de *hedge* de suas obrigações com títulos emitidos no exterior com o objetivo de proteger o risco de variação cambial e cupom das operações, se resguardando das oscilações cambiais através da utilização de *hedge* econômico para essas operações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

# b.3) Gerenciamento de risco

O CCB Brasil opera com instrumentos financeiros derivativos como parte do elenco de produtos oferecidos aos seus clientes e para atender a sua própria necessidade, relacionada com o gerenciamento de riscos de mercado, que decorrem, basicamente, de normais descasamentos entre moedas, taxas de juros, indexadores e prazos de suas operações ativas e passivas. Os instrumentos financeiros derivativos representam compromissos futuros de troca de moeda ou indexador, ou compra e venda de ativos financeiros em datas e condições previamente determinadas em contrato.

O Banco adota uma política de minimização da exposição ao risco de mercado em consonância com sua principal atuação de negócios que é a concessão de crédito. O gerenciamento dos riscos é exercido diretamente pelos Comitês por meio de instrumentos devidamente testados e avaliados.

A estratégia de gestão do risco cambial do capital investido no exterior tem como objetivo não permitir impactos no resultado, decorrentes de variação cambial. Para alcançar essa finalidade, o risco cambial é neutralizado e os investimentos são remunerados em reais, por intermédio da utilização de instrumentos financeiros derivativos.

# b.4) Estratégias e parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado

Os principais fatores de risco dos derivativos assumidos em 30 de dezembro de 2015 eram relacionados à taxa de câmbio, taxa de juros, cupom de dólar e renda variável, e visam maximizar as relações risco e retorno, mesmo em situações de grande volatilidade. O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se das métricas VaR, Rentabilidade e Risco de Liquidez.

# b.5) Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado

Normalmente, os preços cotados em bolsa são os melhores parâmetros de valor justo dos Instrumentos Financeiros. No entanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou mesmo cotações, sendo necessária a adoção de estimativas de valor presente e outras técnicas de apreçamento. Para a obtenção destes valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:

- Futuros e Termo: cotações em bolsas;
- **Swap**: estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da BM&FBOVESPA, e/ou nos preços de mercado dos títulos públicos para as operações do Brasil, e nos preços das bolsas internacionais para as operações realizadas no exterior, quando aplicável;
- **Opções:** modelos estatísticos que incorporam o comportamento da volatilidade do preço do ativo objeto, as taxas de juros, o preço de exercício e o preço *spot* da mercadoria.

#### b.6) Registro dos valores

Os saldos decorrentes dessas operações são registrados em conta de compensação e patrimonial, conforme regra especifica do BACEN.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

Contabilmente, os instrumentos derivativos são classificados, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (hedge) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02 do BACEN e suas atualizações posteriores.

As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Especificamente, para o *Hedge* de Risco de Mercado - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

O resultado das referidas operações encontra-se demonstrado na nota 30.c.

As operações em aberto em 31 de dezembro de 2015 apresentam as seguintes características:

			Valor de referência			
			Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos			
	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	A vencer mais de 12 meses	Total
Contratos de Swap:						
Mercado Interfinanceiro		39.187	(37.627)	(2.036.479)	(397.203)	(2.471.309)
Moeda Estrangeira	953.784	9.412	37.627	2.036.479	397.203	2.471.309
Subtotal	<u>953.784</u>	<u>48.599</u>	-	1	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado	(20.011)	(24.072)	-	1	-	-
Total	933.773	<u>24.527</u>	-	1	-	-
Contratos de Termo/NDF:						
Compra de Termo/NDF	24.842	172	78.400	142.907	-	221.307
Venda de Termo/NDF	2.591	433	(17.110)	(64.480)	-	(81.590)
Subtotal	27.433	<u>605</u>				
Contratos de Opções Flexíveis						
Compra de Opções Flexíveis	-	-	-	-	175.689	175.689
Subtotal	_	-				
Total	961.206	<u>25.132</u>				
Contratos Futuros:						
Compra - Mercado Interfinanceiro	-	-	16.242	28.651	-	44.893
Venda - Mercado Interfinanceiro	-	-	(79.417)	(233.338)	(3.831.878)	(4.144.633)
Compra IND	-	-	3.071	-	-	3.071
Compra - DDI - Cupom Cambial	-	-	9.826	23.487	-	33.313
Venda - DDI - Cupom Cambial	-	-	-	(56.963)	-	(56.963)
Venda - Moeda Estrangeira	-	-	(374.793)	-	-	(374.793)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

As operações em aberto em 31 de dezembro de 2014 apresentam as seguintes características:

					Valor	de referência
			Posição líquida de contratos Ativos e (Passivo			e (Passivos)
	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	A vencer mais de 12 meses	Total
Contratos de Swap:						
Mercado Interfinanceiro	34	2.935	43.112	(591.116)	(468.165)	(1.016.169)
Moeda Estrangeira	636.718	4.431	(53.002)	574.757	468.165	989.920
Ações BICB4 (vide nota 36.f.)	2.188	-	9.890	16.359	-	26.249
Subtotal	638.940	7.366	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado	5.239	(461)	-	-	-	-
Total	644.179	6.905				
Contratos de Termo/NDF:						
Compra de Termo/NDF	4.973	313	16.428	34.823	_	51.251
Venda de Termo/NDF	1.121	4.593	(60.912)	(1.653)	-	(62.565)
Subtotal	6.094	4.906	-			,
Total	650.273	11.811	_	-	-	-
<b>Contratos Futuros:</b>						
Compra - Mercado Interfinanceiro	-	-	-	-	3.495	3.495
Venda - Mercado Interfinanceiro	1	-	(179.224)	(415.901)	(2.540.767)	(3.135.892)
Compra IND	-	-	3.028	-	-	3.028
Compra - DDI - Cupom Cambial	-	-	33.174	56.578	-	89.752
Venda - DDI - Cupom Cambial	_	-	-	(28.817)	-	(28.817)
Venda - Moeda Estrangeira		_	(197.071)			(197.071)

As operações de "swap" encontram-se registradas na BM&FBOVESPA e na CETIP S.A.- Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, os ajustes referentes à diferença a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, em contrapartida de receita ou despesa. As operações de "mercado futuro" encontram-se registradas na BM&FBOVESPA, os ajustes apropriados/pagos diariamente são contabilizados como receita ou despesa.

O montante das margens depositadas em garantia das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos tem a seguinte composição:

			Dezembro/15		Dezembro/14
Título	Vencimento	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
N.T.N-B	15/08/2016	-	-	132.109	132.109
L.F.T	01/03/2019	5.279	5.279	-	-
L.F.T	01/09/2020	144.998	144.998	-	-
L.F.T	01/09/2021	5.028	5.028	-	-
Total		<u>155.305</u>	<u>155.305</u>	<u>132.109</u>	<u>132.109</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

#### b.7) Sensibilidade - Informações qualitativas e quantitativas sobre Instrumentos Financeiros Derivativos

A avaliação de sensibilidade envolve o conjunto de operações e instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais detidas com o intuito de administrar a exposição a riscos de mercado e protegêlo, especialmente em períodos de quebra dos padrões históricos. O Comitê de Tesouraria define um conjunto de cenários que contém uma determinada combinação de preços e taxas de juros em ambiente de crise e levada à área de gestão de riscos para simulação.

Na elaboração do quadro de sensibilidade demonstrado abaixo, foram adotados os seguintes procedimentos:

- Cálculo, em cada um dos cenários, dos valores da carteira de negociação (*Trading Book*) e das operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio e seus respectivos *hedges* (*Banking Book*);
- (ii) Para cada um dos fatores de risco, opção pela direção que trouxesse a maior perda e, sobre ele, aplicação de aumento ou redução definido;
- (iii) Por fim, obtenção dos resultados das perdas relativas ao cenário hipotético em questão.

Os cenários a seguir, não necessariamente refletem a gestão de riscos de mercado do CCB Brasil e tampouco estão associados às praticas contábeis. Os modelos de estresse podem representar situações extremas e distantes do cotidiano.

#### Resumo das premissas para cada um dos cenários

Escolheu-se para cada carteira o sentido (acréscimo ou decréscimo) que maximiza a perda para cada fator de risco. Foram mantidos deslocamentos paralelos das curvas, ou seja, um deslocamento de + 1.000 basis points significa que em toda a curva futura houve um acréscimo de 10% às taxas ou preços vigentes.

**Cenário 01:** Situação provável, que reflete a percepção do CCB Brasil em relação ao cenário com maior probabilidade de ocorrência, para um horizonte de 03 meses, considerando fatores macroeconômicos e informações de mercado (BM&FBovespa, ANBIMA, CETIP).

**Cenário 02:** Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31 de dezembro de 2015, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

**Cenário 03:** Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31 de dezembro de 2015, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

Carteira Trading - Premissas para fatores de Risco						
Curva de Juros (Pré) Curva de Cupom Cambial Dólar à Vista BOVESPA Inflação						
Cenário 01	deslocamento paralelo de (+)1.000 basis points	deslocamento paralelo de (+) 1.000 basis points	alta de 10%	queda de 10%	alta de 10%	
Cenário 02	deslocamento paralelo de (+)2.500 basis points	deslocamento paralelo de (+)2.500 basis points	alta de 25%	queda de 25%	alta de 25%	
Cenário 03	deslocamento paralelo de (+)5.000 basis points	deslocamento paralelo de (+)5.000 basis points	alta de 50%	queda de 50%	alta de 50%	

Os cenários apresentados na tabela acima referente à Carteira *Trading* refletem situação de deterioração das expectativas macroeconômicas: as taxas de juros (pré) sobem fortemente (10%; 25%; e, 50%), há um substancial deslocamento paralelo das curvas de cupom cambial, o câmbio sofre grandes oscilações e a Bolsa Brasileira cai.

Os cenários adotados para a Carteira *Banking* encontram-se na tabela a seguir, que também reflete deterioração das expectativas macroeconômicas no sentido que maximiza a perda para cada fator de risco desta carteira. Para isso, as taxas de juros (pré) sobem fortemente (10%; 25%; e, 50%), há um substancial deslocamento paralelo das curvas de cupom cambial, o câmbio sofre elevação, a bolsa brasileira cai, e a inflação tem elevação, o que tem reflexo nos indicadores e contratos indexados.

Carteira Banking - Premissas para fatores de Risco						
Curva de Juros (Pré) Curva de Cupom Cambial Dólar à Vista BOVESPA Inf						
Cenário 01	deslocamento paralelo de (+)1.000 basis points	deslocamento paralelo de (+) 1.000 basis points	alta de 10%	queda de 10%	alta de 10%	
Cenário 02	deslocamento paralelo de (+)2.500 basis points	deslocamento paralelo de (+)2.500 basis points	alta de 25%	queda de 25%	alta de 25%	
Cenário 03	deslocamento paralelo de (+)5.000 basis points	deslocamento paralelo de (+)5.000 basis points	alta de 50%	queda de 50%	alta de 50%	

Os resultados das perdas constam do quadro a seguir e foram calculadas nos cenários definidos por fator de risco, para as carteiras *Trading e Banking,* em 31 de dezembro de 2015:

Carteira Trading - Resultados para os Fatores de Risco						
Fatores de Risco Cenário 01 Cenário 02 Cenário 03						
Cupom de US\$	(102)	(256)	(514)			
Taxa de Juros	(702)	(1.731)	(3.382)			
Ações e Índices	(307)	(767)	(1.535)			
Inflação	0	0	(1)			
Total	(1.111)	(2.754)	(5.432)			

Carteira Banking - Resultados para os Fatores de Risco							
Fatores de Risco Cenário 01 Cenário 02 Cenário 03							
Cupom de US\$	(8.370)	(19.237)	(33.899)				
Taxa de Juros	(23.482)	(50.230)	(76.163)				
Ações e Índices	(187)	(468)	(937)				
Inflação	(3.297)	(8.100)	(15.744)				
Total	(35.336)	(78.035)	(126.743)				

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

São fatores de riscos:

Cupom de US\$ - Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações do dólar norte americano e da taxa de juros em dólares.

Taxa pré-fixada em Reais - Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações da taxa de juros denominada em Reais.

Ações e Índices - Compreendem as ações e os índices de bolsas, ações e opções atrelados a índices de ações.

Inflação - Refere-se a todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações de cupons de inflação e índices de inflação.

Para efeito dos cálculos, foram adotadas as premissas de intervalo de confiança de 95%, para o cálculo do VaR e horizonte de tempo de 10 dias para saída da posição.

O Quadro de Análise de Sensibilidade tem limitações e o impacto econômico em uma eventual oscilação de taxa de juros poderá não representar necessariamente um lucro ou prejuízo contábil material para o Banco. A combinação específica de preços que determina cada cenário é uma decisão arbitrária, embora possível. As correlações históricas entre os ativos não foram necessariamente respeitadas, e tampouco os cenários escolhidos foram observados no passado.

A contabilização dos instrumentos da carteira *Banking*, em sua grande maioria, segue a curva contratada, que diferem dos instrumentos financeiros derivativos da carteira *Trading* que sofrem oscilações no respectivo registro contábil em razão da marcação a mercado.

Os resultados apresentados no quadro referente à carteira *banking* podem, à primeira vista, dar a impressão de alta sensibilidade à volatilidade. Todavia, o quadro de sensibilidade apresentado não considera correlações entre os diferentes fatores de risco. Isso significa, por exemplo, que a análise desconsidera a correlação entre os fatores pré e CDI, ou seja, as perdas das taxas pré-fixadas não são compensadas pelos ganhos em CDI. Note-se que o cenário da posição *banking* poderia ter sido projetado para quaisquer sentidos que trouxessem maior perda, como, por exemplo, um aumento da taxa de juros e queda da inflação, o que contraria o senso comum.

Da mesma forma, no quadro de sensibilidade, as taxas de juros e o câmbio foram considerados não correlacionados. As limitações da análise de cenários envolvem também a marcação a mercado de todas as posições, o que contradiz a determinação do Banco em levar as operações (especialmente as de captação em moeda estrangeira) até o vencimento (hold to maturity), isso poderá induzir o leitor a erro ao julgar que as perdas apresentadas nos cenários se materializarão, mesmo que se verifiquem as oscilações previstas nos fatores de risco.

#### b.8) Hedge contábil

A partir do exercício de 2015 com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira o CCB Brasil contratou operações de *Swap* (USDxCDI) na CETIP, com valores, prazos e taxas similares, e classificou a estrutura como *hedge* contábil de risco de mercado. A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082 de 30 de janeiro de 2002.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

Em 31 de dezembro de 2015 a estrutura de hedge contábil está representada da seguinte forma:

	Instrumento de Hedge		e Hedge Objeto de Hedge	
	Valor Nominal Ajuste a valor de mercado (*)		Valor Contábil	Ajuste a valor de mercado (*)
Hedge de captações no exterior	2.357.914	36.257	2.355.297	35.925

# 7. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS - DEPÓSITOS NO BACEN

	Dezembro/15	Dezembro/14
Compulsório sobre depósito à vista	23.327	90.016
Compulsório sobre depósito de poupança (*)	5.739	7.698
Direcionamento de micro finanças	4.243	500
Total	33.309	98.214

<sup>(\*)</sup> O valor da remuneração sobre os créditos vinculados a depósitos no BACEN está divulgado na nota 29g.

# 8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

# a) Diversificação por tipo de operação

Modalidade	Dezembro/15	Dezembro/14
Capital de giro e descontos	2.387.596	4.588.339
Contas garantidas	43.360	422.214
Crédito pessoal consignado	895.139	803.771
Compror	-	7.653
Cheque empresarial	1.899	24.163
Financiamentos à importação	984.673	642.684
Financiamentos à exportação	226.681	514.576
Financiamentos rurais e agroindustriais	55.146	116.977
Financiamentos imobiliários e habitacionais	2.103	2.020
Financiamento de máquinas e veículos pesados	28.589	79.075
Resolução nº 3.844 - repasses	12.174	8.281
Crédito a pessoas físicas	305.221	383.769
Outros	317.469	476.000
Operações de crédito	<u>5.260.050</u>	8.069.522
Fiança honrada	34.317	5.166
Devedores por compra de valores e bens	144.684	156.478
Títulos e créditos a receber	93.546	227.594
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (*)	648.822	1.066.045
Outros créditos	<u>921.369</u>	1.455.283
Operações de arrendamento mercantil	116.463	250.112
Total	6.297.882	<u>9.774.917</u>

<sup>(\*)</sup> As operações de adiantamentos sobre contrato de câmbio estão registradas no balanço na rubrica "Outras Obrigações - Carteira de câmbio", acrescidas das rendas a receber sobre adiantamentos concedidos, que se encontram na rubrica "Outros Créditos - Carteira de câmbio". Para fins de apresentação desta nota, os dois valores estão apresentados como "Outros créditos".

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

# b) Diversificação por setor de atividade

	Dezembro/15	Dezembro/14
Setor Público	92.864	175.544
Federal	47.747	-
Estadual	43.645	173.140
Municipal	1.472	2.404
·		
Setor Privado	4.923.202	8.350.171
Agronegócio	246.196	277.052
Indústria	2.812.913	3.985.176
- Construção civil - empreiteiras	410.287	771.069
- Usina de açúcar e álcool	362.561	621.412
- Incorporadoras	331.394	450.221
- Produção de farinha, massa, bolos e biscoitos	76.995	154.486
- Abate de animais e indústrias de carne	104.477	129.375
- Indústria química e petroquímica	77.956	204.321
- Produção metalúrgica e mecânica	101.785	209.156
- Produção de eletroeletrônicos	33.649	62.051
- Produção de papel e celulose	83.173	239.135
- Produção de adubos, fertilizantes e inseticidas	56.804	141.761
- Indústria de bebidas em geral	134.710	127.042
- Indústria de materiais para construção	84.338	99.703
- Produção de canos e artefatos de ferro	90.852	117.348
- Produção de veículos, carrocerias e outros	67.030	108.488
- Produção de embalagens plásticas	44.569	66.597
- Produção de fios e tecidos	45.841	56.936
- Produção de calçados e artigos couro	87.340	96.199
- Indústria de fumo	65.858	24.954
- Extração vegetal e mineral	364.917	47.044
- Serviços de artes gráficas	8.010	21.183
- Indústria de confecções	54.672	79.824
- Produção de móveis	5.394	18.943
- Outros	120.301	137.928
Comércio	738.839	1.395.866
- Supermercados e atacadistas	252.508	339.793
- Concessionárias e comércio de veículos	93.074	175.551
- Comércio de outros produtos químicos	47.665	77.754
- Comércio de produtos agropecuários	2.139	72.043
- Comércio de medicamentos	21.730	52.043
- Comércio de eletroeletrônicos	64.762	151.537
- Comércio de roupas e tecidos	24.497	29.526

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

- Comércio de máquinas e equipamentos	26.944	110.400
- Empresas - Trading Companies	35.920	76.013
- Comércio de derivados de petróleo	25.239	74.519
- Comércio de móveis e artigos para decoração	14.995	90.996
- Comércio de produtos metalúrgicos	10.846	594
- Comércio de materiais para construção	23.778	42.755
- Comércio de livros, revistas e jornais	1.007	1.695
- Importação e exportação de produtos alimentícios	1.972	17.111
- Comércio de calçados e artigos de couro		82
- Comércio de armarinhos em geral	422	45
- Outros	91.341	83.409
Intermediários financeiros	22.950	67.216
Outros serviços	1.102.304	2.624.861
- Serviços médicos e odontológicos	83.803	189.261
- Serviços técnicos e profissionais	165.254	288.863
- Transportes de passageiros e cargas	226.268	365.352
- Empresas - Holdings em geral	97.719	503.761
- Serviços de utilidade pública	51.100	135.687
- Serviços de locação em geral	104.392	137.205
- Distribuição de energia	38.826	115.473
- Ensino de 1º, 2ºgrau e superior	10.896	49.140
- Serviços de comunicação e diversão	19.311	44.555
- Serviços de reparação, manutenção e instalação	23.785	85.876
- Associações desportivas	12.552	47.558
- Associações e sindicatos	27.490	10.026
- Serviços de armazenagem	18.871	30.112
- Serviços de limpeza, conservação e vigilância	19.858	24.850
- Serviços de hospedagem	368	5.202
- Cooperativas de produção	13.724	21.985
- Serviços metalúrgicos	6.494	35.493
- Serviços de telefonia	1.546	19.010
- Administração de cartões	16.159	13.929
- Serviço de processamento de dados		1.224
- Outros	163.888	500.299
Pessoas físicas	1.281.816	1.249.202
Total	6.297.882	9.774.917
perações de crédito pessoal e consignado cedidas (not		

<sup>(\*)</sup> As operações de crédito pessoal e consignado cedidas (nota 8h1) tiveram como destino a CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos, empresa controlada do CCB Brasil, que concentra as operações às pessoas físicas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

# c) Diversificação por prazos - por parcela

	Dezembro/15	%	Dezembro/14	%
Setor Público				
Até 03 meses	29.494	0,47	33.107	0,34
De 03 meses até 01 ano	40.864	0,65	97.701	1,00
Acima de 01 ano	22.506	0,36	44.599	0,46
Vencidos a partir de 15 dias			137	0,00
Setor Privado				
Até 03 meses	1.434.568	22,77	3.003.567	30,73
De 03 meses até 01 ano	2.099.156	33,33	3.433.290	35,12
Acima de 01 ano	2.397.552	38,07	2.706.916	27,69
Vencidos a partir de 15 dias	273.742	4,35	455.600	4,66
Total	6.297.882	100,00	9.774.917	100,00

# d) Diversificação por indexador

						Dezembro/15
Tipo de Operação	Prefixado	CDI	TR/TBF	Dólar	Outros (*)	Total
Operações de Crédito	1.541.748	2.657.249	14.950	1.645.670	49.255	5.908.872
Arrendamento Mercantil	17.598	98.865				116.463
Outros	183.617	33.979			54.951	272.547
Total	1.742.963	2.790.093	<u>14.950</u>	1.645.670	104.206	6.297.882

<sup>(\*)</sup> Composto principalmente por operações sujeitas aos indexadores - TJLP e IGPM.

						Dezembro/14
Tipo de Operação	Prefixado	CDI	TR/TBF	Dólar	Outros (*)	Total
Operações de Crédito	1.848.741	5.485.082	80.021	1.717.010	4.713	9.135.567
Arrendamento Mercantil	18.602	231.510				250.112
Outros	278.551	88.655	169		21.863	389.238
Total	<u>2.145.894</u>	<u>5.805.247</u>	<u>80.190</u>	<u>1.717.010</u>	<u> 26.576</u>	9.774.917

<sup>(\*)</sup> Composto principalmente por operações sujeitas aos indexadores - TJLP e IGPM.

#### e) Distribuição geográfica

	Dezembro/15		Г	Dezembro/14
	R\$	%	R\$	%
Região norte	16.753	0,27	49.135	0,50
Região nordeste	929.498	14,76	1.683.413	17,22
Região sudeste	3.241.445	51,46	4.848.969	49,61
Região centro-oeste	487.352	7,74	1.162.032	11,89
Região sul	803.409	12,76	1.541.028	15,77
Exterior	819.425	13,01	490.340	5,01
Total	6.297.882	100,00	<u>9.774.917</u>	<u>100,00</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

# f) Níveis de concentração de risco

	Dezembro/15			Dezembro/14
	R\$	%	R\$	%
Maior devedor individual	195.880	3,15	222.248	2,27
10 Maiores devedores	997.040	16,02	1.141.011	11,67
20 Maiores devedores	1.472.618	23,66	1.635.434	16,73
50 Maiores devedores	2.348.272	37,73	2.702.376	27,65
100 Maiores devedores	3.110.344	49,98	3.837.064	39,25
Maior devedor grupo econômico	195.880	3,15	319.615	3,27

# g) Distribuição dos prazos por carteira - por parcela

# g.1) Vencimentos carteira comercial

		Dezembro/15		Dezembro/14
	<u>R\$</u>	<u>%</u>	<u>R\$</u>	<u>%</u>
Até 03 meses	780.580	22,03	2.098.886	31,10
De 03 meses a 01 ano	1.203.879	33,98	2.157.185	31,97
Acima de 01 ano	1.299.042	36,67	2.103.233	31,17
Vencidos a partir de 15 dias	259.065	7,32	388.537	5,76
Total	3.542.566	100,00	6.747.841	100,00

#### g.2) Vencimentos trade finance

		Dezembro/15		Dezembro/14
	<u>R\$</u>	<u>%</u>	<u>R\$</u>	<u>%</u>
Até 03 meses	590.599	31,74	853.863	38,41
De 03 meses a 01 ano	699.717	37,62	1.154.195	51,91
Acima de 01 ano	564.728	30,36	157.702	7,09
Vencidos a partir de 15 dias	5.133	0,28	57.545	2,59
Total	<u>1.860.177</u>	100,00	2.223.305	<u>100,00</u>

# g.3) Vencimentos crédito pessoal consignado

	Dezembro/15			Dezembro/14
	<u>R\$</u>	<u>%</u>	<u>R\$</u>	<u>%</u>
Até 03 meses	92.883	10,38	83.925	10,44
De 03 meses a 01 ano	236.424	26,41	219.611	27,32
Acima de 01 ano	556.288	62,14	490.580	61,03
Vencidos a partir de 15 dias	9.544	1,07	9.655	1,21
Total	<u>895.139</u>	100,00	803.771	100,00

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

#### h) Cessão de crédito

# h.1) Cessão de crédito interbancário

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o CCB Brasil realizou operações de cessão de crédito consignado com a sua controlada, CCB Brasil Financeira S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos. Conforme estabelecido na Resolução CMN nº. 3.533/08, que determinou novos critérios para reconhecimento contábil e classificação das operações de cessão de credito, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2012, as referidas cessões foram classificadas na categoria de "operações com retenção substancial de risco e benefícios" pelo valor presente de R\$ 263.575 (Dezembro/14 - R\$ 208.372), e o valor registrado como obrigações por operações vinculadas a cessão é de R\$ 287.303 (Dezembro/14 - R\$ 201.749). O resultado no montante de R\$ 23.728 (Dezembro/14- R\$ 37.072), será reconhecido na cedente "pro rata temporis" pelo prazo de cada contrato cedido. As cessões estão sujeitas à aplicação da Resolução nº 2.682/99, para efeito de classificação de risco de crédito e constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o CCB Brasil realizou operações de cessão de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios no valor de R\$ 9.927 com o Itaú Unibanco S/A, e o resultado foi negativo de R\$ 483.

#### h.2) Cessão de crédito para fundo de investimento em direitos creditórios

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o CCB Brasil realizou operações de cessão de crédito na modalidade "capital de giro" para os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Corporativo I, II e Aberto. Os preços das cessões correspondem aos saldos contábeis dos créditos, que totalizam R\$ 14.081 (Dezembro/14 - R\$ 276.666). Consequentemente, não houve resultado nas referidas cessões. Conforme estabelecido na Resolução nº. 3.533/08 do BACEN, as referidas cessões foram classificadas na categoria de "operações com retenção substancial de riscos e benefícios". As operações de crédito cedidas estão sujeitas à aplicação da Resolução nº 2.682/99, para efeito de classificação de risco de crédito e constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

#### h.3) Cessão de crédito para empresa não financeira e não ligada

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram cedidas operações de créditos, com transferência substancial dos riscos e benefícios no montante de R\$ 3.655 (Dezembro/14 - R\$ 31.472) para pessoas jurídicas não ligadas e não integrantes do sistema financeiro nacional, gerando resultado negativo no montante de R\$ 1.715 (Dezembro/14 - R\$ 654).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram cedidas operações de créditos anteriormente baixadas para prejuízo, gerando resultado no valor de R\$ 9.000 (Dezembro/14 - R\$ 1.879).

#### i) Operações de arrendamento mercantil

O valor dos contratos de arrendamento mercantil da controlada é representado pelo seu respectivo valor presente, calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses valores, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas como segue:

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

	Dezembro /15	Dezembro/14
Arrendamento a receber	102.053	229.440
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(100.416)	(225.450)
Bens arrendados	379.267	512.729
Superveniência de depreciação	35.067	122.216
Depreciação de bens arrendados	(210.666)	(272.092)
Perdas em arrendamento mercantil a amortizar	4.874	5.462
Valor residual antecipado	(93.716)	(122.193)
Total carteira de arrendamento mercantil	<u>116.463</u>	<u>250.112</u>

# 9. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A partir de 01 de Setembro de 2014, sob gestão do novo Controlador, a Administração do CCB Brasil reavaliou o modelo interno de classificação de clientes e atribuição de *ratings* e procedeu alterações nas Políticas de Crédito, mantida fundamentação da Resolução nº 2.682/99 do BACEN, para alcançar um alinhamento às práticas e critérios adotados pelo novo Controlador.

Como indutores da revisão e reavaliação das políticas foram considerados os seguintes aspectos julgados relevantes: a) maior destaque à ponderação do resultado da avaliação da situação financeira das empresas, com prevalência sobre outros fatores tomados em consideração na análise dos riscos; b) revisão da importância atribuída para garantias vinculadas, quando provocam melhoras de *ratings* de clientes; c) revisão dos prazos mínimos para deterioração de *ratings*, quando decorrentes de atrasos nos pagamentos; d) redução do limite referencial para que operações em atraso provoquem a redução do *rating* de todo o grupo econômico; e) reclassificação imediata para maior nível de risco, das operações com empresas que declarem situação de recuperação judicial em qualquer fase do uso daquele instituto. Por fim, a administração entendeu necessário reposicionar os principais elementos considerados na análise econômica de seus clientes e assim adotar esses preceitos no cálculo das provisões para perdas em operações de crédito, respeitadas mas não limitadas, as condições mínimas requeridas pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN.

# a) Movimentação da provisão

	Dezembro/15	Dezembro/14
Saldo inicial	1.184.920	528.134
Constituição	1.101.165	1.304.823
Reversão	(123.250)	(31.661)
Subtotal	2.162.835	1.801.296
Baixas	(1.273.740)	(616.376)
Saldo final	<u>889.095</u>	1.184.920
Recuperação de créditos lançados a prejuízo	106.710	16.715
Créditos renegociados no período	356.504	433.363
Percentual da provisão sobre a carteira de créditos	14,12	12,12

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

# b) Composição da provisão por tipo de operação

	Dezembro/15	Dezembro/14
Capital de giro e descontos	490.208	502.747
Contas garantidas	15.411	27.078
Crédito pessoal consignado	22.492	22.580
Compror	-	3.807
Cheque empresarial	1.364	2.741
Financiamentos à importação	52.739	50.700
Financiamentos à exportação	25.580	46.426
Financiamentos rurais e agroindustriais	241	1.820
Financiamentos imobiliários e habitacionais	11	10
Financiamento de máquinas e veículos pesados	6.009	11.941
Crédito a pessoas físicas	25.622	12.184
Outros	107.642	289.588
Operações de crédito	747.320	971.622
Fiança honrada	26.531	2.488
Devedores por compra de valores e bens	44.441	27.080
Títulos e créditos a receber	38.319	117.475
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	20.423	27.651
Outros créditos	129.714	174.694
Operações de arrendamento mercantil	12.062	38.604
Total	<u>889.095</u>	<u>1.184.920</u>

# c) Composição da provisão por níveis de risco

			Dezembro/15			Dezembro/14
Nível de risco	Base de cálculo	Provisão	%	Base de cálculo	Provisão	%
AA	907.486	-	14,41	3.380.720	-	34,59
Α	2.200.196	11.061	34,94	2.353.162	11.766	24,07
В	844.620	8.446	13,41	834.889	8.349	8,54
С	752.240	22.567	11,94	974.945	29.248	9,97
D	511.073	51.107	8,11	545.974	54.597	5,59
E	260.044	78.013	4,13	451.776	135.532	4,62
F	189.200	94.600	3,01	459.331	229.665	4,7
G	32.409	22.686	0,51	194.518	136.161	1,99
Н	600.614	600.615	9,54	579.602	579.602	5,93
Total	6.297.882	<u>889.095</u>	100,00	<u>9.774.917</u>	1.184.920	100,00

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

#### 10. CARTEIRA DE CÂMBIO

	Dezembro/15	Dezembro/14
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	809.133	1.202.821
Direitos sobre vendas de câmbio	2.326	23.603
Adiantamentos recebidos em moeda nacional	(734)	(3.723)
Rendas a receber adiantamentos sobre contrato câmbio	18.666	37.937
Total	<u>829.391</u>	<u>1.260.638</u>
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	21.210	24.803
Importação financiada - câmbio contratado	(734)	(2.427)
Obrigações por compras de câmbio	630.157	1.049.387
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(630.157)	(1.028.108)
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos	-	-
Valores em moedas estrangeiras a pagar	-	3
Total	<u>20.476</u>	<u>43.658</u>

#### 11. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Dezembro/15	Dezembro/14
Adiantamentos e antecipações salariais	1.764	1.529
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	1.728	3.348
Direitos específicos de controladas não sujeitas ao Bacen	4.842	3.953
Devedores por compra de bens a prazo	144.684	156.478
Devedores por depósitos em garantia	373.282	229.341
Tributos a compensar e recuperar (*)	69.717	96.372
Pagamentos a ressarcir	10.597	4.920
Títulos e créditos a receber (**)	102.554	249.106
Devedores diversos - país	80.829	25.636
Total	789.997	770.683

<sup>(\*)</sup> Contempla: R\$ 38.222 (Dezembro/14 - R\$ 54.970) de IRRF sobre remessa de juros a Agência de Cayman, R\$ 296 (Dezembro/14 - R\$ 401) de IRRF incidente sobre juros sobre capital próprio e tributos retidos por órgãos públicos. A compensação do IRRF sobre remessa de juros a Agência de Cayman, ocorreu de forma regular até o exercício de 2011. Com o objetivo de garantir e acelerar a compensação do referido IRRF, a Administração tem empreendido alterações em sua estratégia de negócios, incrementando a geração de resultados elegíveis àquela compensação, conforme evidenciado no estudo técnico.

<sup>(\*\*)</sup> Inclui valores a receber por aquisição de ativos financeiros de operações de crédito sem transferência substancial de riscos e benefícios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

#### 12. OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso - São representados principalmente por bens recebidos em liquidação de operações de crédito.

A Administração efetuou análise para perda por redução ao valor recuperável, que resultou no registro da provisão para desvalorização mencionada no quadro abaixo:

	Dezembro/15	Dezembro/14
Imóveis	288.464	282.922
Veículos e afins	16.448	12.220
Máquinas e equipamentos	26.461	26.078
Material em estoque	-	367
Outros	188	-
Subtotal	331.561	<u>321.587</u>
Provisão p/ desvalorização de outros valores e bens	(77.828)	(76.741)
Total	253.733	<u>244.846</u>

#### b) Despesas antecipadas

Referem-se substancialmente às despesas pagas antecipadamente, diferidas por conta da obtenção de benefícios pelo valor pago durante mais de um exercício, compostas por despesas com captações de recursos no exterior e comissões pagas a correspondentes bancários, por conta da originação de operações de empréstimos e financiamentos, as quais serão reconhecidas em despesas efetivas, segundo o prazo das operações contratadas, ou quando da baixa da operação em decorrência de prépagamento ou baixa para perda.

Para as novas comissões pagas a correspondentes bancários, originadas em 2015, o CCB Brasil optou pela contabilização de dois terços do valor dessas comissões em contas patrimoniais ativas na rubrica de "Despesas antecipadas", conforme faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/14. Os efeitos dessa opção na demonstração do resultado do período foi de R\$ 16.379 e R\$ 49.381 referentes a períodos anteriores, perfazendo o total registrado na rubrica de "Outras despesas operacionais - Comissões de crédito consignado" (nota 29h) de R\$ 65.760.

# **13. ATIVO PERMANENTE**

#### a) Investimento

Representado pelas empresas que não foram requeridas a integrar as demonstrações do conglomerado prudencial: CCB Brasil Cobrança Ltda, CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda e CCB Brasil Informática S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

#### b) Imobilizado de uso

	Taxas	Cu	sto	Provisã	-	-	ciação	- Valor líquido	
				pei	ua	acum	ulada		
	Depreci ação %	Dez/15	Dez/14	Dez/15	Dez/14	Dez/15	Dez/14	Dez/15	Dez/14
Terrenos	-	3.913	3.913	-	-	-	-	3.913	3.913
Edificações	4	162.900	158.466	-	(10)	(63.785)	(53.555)	99.115	104.901
Instalações	10	1.922	1.896	1	-	(1.487)	(1.290)	435	606
Máquinas e equipamentos de uso	10	17.043	18.330	(984)	(615)	(8.510)	(8.187)	7.549	9.528
Sistema de processamento de dados	20	12.762	12.966	(82)	(42)	(12.022)	(11.644)	658	1.280
Sistema de transporte	20	1.256	1.383	1	1	(595)	(434)	661	949
Sistema de comunicação	10	2.208	2.199	-	-	(908)	(743)	1.300	1.456
Sistema de segurança	10	1.516	1.526	(51)	(19)	(693)	(550)	772	957
Outras imobilizações em curso	-	-	2.159	-	-	-	-	-	2.159
Total		203.520	202.838	(1.117)	(686)	(88.000)	(76.403)	114.403	125.749

#### c) Ativos intangíveis

# **c.1) Classe dos ativos intangíveis** - Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são compostos por:

	Taxas de	Custo		Amort acum	ização ulada	Valor líquido		
	amortiza ção %	Dezembro/15	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/14	
Softwares (*)	20	10.724	8.604	(8.079)	(5.689)	2.645	2.915	
Ágio (**)	10	105.190	105.190	(45.600)	(49.627)	59.590	55.563	
Total		115.914	113.794	(53.679)	(55.316)	62.235	58.478	

#### c.2) Movimentação dos ativos intangíveis por classe

	Dezembro/14	Adições	Baixas	Reversão	Dezembro/15
Softwares (*)	2.915	2.583	(2.853)	-	2.645
Ágio (**)	55.563	-	-	4.027	59.590
Total	<u>58.478</u>	<u>2.583</u>	(2.853)	<u>58.723</u>	<u>62.235</u>

<sup>(\*)</sup> Softwares adquiridos e/ou desenvolvidos por empresas especializadas.

<sup>(\*\*)</sup> Ágio apurado na aquisição da CCB Brasil Financeira, em 03 de novembro de 2009, correspondente à soma do valor pago na transação com o montante do patrimônio líquido negativo, resultou no valor de R\$ 105.190. O referido ágio está suportado em projeções de resultados, que consideram efeitos da sinergia identificada na realização de operações de varejo de forma conjunta entre CCB Brasil e CCB Brasil Financeira, consubstanciados em laudo de avaliação, elaborado por empresa especializada. A expectativa de realização do ágio é de 10 anos, e a amortização periódica considera os valores positivos na forma de equivalência patrimonial, em observância à regulamentação do BACEN.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

# d) Ativo diferido

	Taxas de	Custo		Amortização acumulada		Provisão para perda		Valor líquido	
	amortização %	Dez/15	Dez/14	Dez/15	Dez/14	Dez/15	Dez/14	Dez/5	Dez/14
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	19.089	32.132	(19.089)	(32.132)	-	-	-	-
Instalação e adaptação de dependência	20	11.694	11.754	(11.695)	(11.754)	-	-	-	ı
Perdas em arrendamentos a amortizar	Diversas	12.148	9.648	(7.273)	(4.187)	1	-	4.874	5.461
Total		<u>42.931</u>	<u>53.534</u>	(38.057)	(48.073)		_	4.874	5.461

<sup>(\*)</sup> Diferimento do prejuízo apurado na liquidação de contratos de arrendamento, para amortização no restante de 70% do prazo de vida útil normal do bem.

#### e) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Em atendimento ao estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 01, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, a administração efetuou teste de valor recuperável dos seus ativos, que resultou em constituição de provisão para perda no montante de R\$ 1.117 (2014 - R\$ - 686), decorrentes de benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros cujo contrato de aluguel não foi renovado pelo Banco, além de itens do ativo imobilizado que apresentaram indícios de perda no valor recuperável.

# 14. DEPENDÊNCIA NO EXTERIOR

Na data do balanço as operações conduzidas pela Agência em Cayman Islands apresentavam: patrimônio líquido de R\$ 292.245 (Dezembro/14 - R\$ 215.721) e ativos totais de R\$ 2.202.030 (Dezembro/14 - R\$ 928.894). Os saldos contábeis foram convertidos pela cotação do dólar de balanço, divulgado pelo BACEN.

#### 15. PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS E COLIGADAS NO PAÍS - CCB BRASIL MÚLTIPLO

As principais informações das sociedades controladas diretas e em conjunto pelo Banco são assim demonstradas:

						Dezembro/15	Dezembro/14
Nome da empresa	Número ações/cotas possuídas	%participação	Patrimônio líquido	Lucro/prejuízo líquido	Equivalência patrimonial	Valor contábil investimentos	Valor contábil investimentos
CCB Brasil							
Arrendamento							
Mercantil S/A	180.920.168	100	228.476	14.022	14.022	228.476	214.455
CCB Distribuidora							
de Títulos e Valores							
Mobiliários S/A	14.223.228	100	18.168	1.247	1.247	18.168	16.921
CCB Brasil Informática S/A							
	50.000	100	647	30	56	647	591
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito							
Ltda	3.670.000	100	11.093	2.852	2.852	11.093	8.242
CCB Financeira S.A.	116.405.774	100	71.189	(4.027)	(4.027)	190.369	190.402

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

CFI (*)							
BrasilFactors	62.931	50	8.850	(1.559)	(780)	4.424	4.162
Total					13.370	453.177	434.773

<sup>(\*)</sup> No valor contábil de investimentos está incluso o ágio, líquido de amortizações, no valor de R\$ 59.590 (Dezembro/14 - R\$ 55.563), apurado na aquisição da CCB Brasil Financeira.

#### 16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

#### a) Partes relacionadas

O Banco e suas empresas controladas diretas mantêm transações entre si, as quais foram eliminadas no consolidado.

Os saldos de operações do Banco com o controlador, empresas controladas, direta, indireta, empresas ligadas e pessoal chave da Administração podem ser observados conforme abaixo:

	Ativos / (	passivos)	Receitas /	(despesas)
	Dezembro/15	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/14
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.137.969	1.222.401	130.357	116.738
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A	-	189.216	18.616	24.727
CCB Brasil S.A Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	1.137.969	1.033.185	111.741	92.011
Cotas de Fundo de Investimentos - FIDC	71.024	28.896	14.387	2.082
BRASILFactors (a)	71.024	28.896	14.387	2.082
Operações de Cessão de Crédito	277.656	485.038	75.550	94.347
CCB Brasil S.A Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	263.575	208.372	75.550	94.347
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC's (nota 8.h2.)	14.081	276.666	_	_
Depósitos à vista	(3.638)	(2.352)	-	_
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A (a)	(22)	(12)	-	-
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A (a)	(488)	(509)	-	-
CCB Brasil Informática S/A (a)	(2)	(4)	-	-
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda (a)	(882)	(54)	-	-
BRASILFactors (a)	(1)	(1)	-	ı
CCB Brasil S.A Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(1.454)	(1.446)	-	-
Pessoal-chave da Administração e Controladores (c)	(790)	(326)	-	-
Depósitos a prazo	(135.062)	(136.504)	(20.537)	(18.133)
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A (a)	(19.416)	(17.984)	(2.470)	(1.676)
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A (a)	(9.253)	(88.352)	(9.340)	(13.527)
CCB Brasil Informática S/A (a)	(657)	(591)	(83)	(65)
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda (a)	(40.996)	(23.464)	(2.941)	(2.326)
BRASILFactors (a)	(10.516)	(5.088)	(832)	(392)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

FDIC BRASILFactors (b)	(1.663)	-	(2.408)	
CCB Brazil Financial Holding Ltda. (e)	(52.457)	-	(2.410)	-
Pessoal-chave da Administração e Controladores (c)	(104)	(1.025)	(53)	(147)
Operações compromissadas	(180.029)	(131.808)	(20.829)	(9.327)
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A (a)	(127.987)	(127.106)	(18.527)	(8.167)
CCB Brasil S.A Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(52.042)	(4.702)	(2.302)	(1.160)
Debentures	_	-	-	(234)
BRASILFactors (a)	-	-	-	(234)
LCA	(2.517)	-	(131)	(19)
Pessoal-chave da Administração e Controladores (c)	(2.517)	-	(131)	(19)
LCI	(25.944)	(2.693)	(267)	(44)
Pessoal-chave da Administração e Controladores (c)	(25.944)	(2.693)	(267)	(44)
Swap	-	(694)	(4.178)	(694)
BRASILFactors (a)	-	(694)	(4.178)	(694)
NDF	(1.650)	-	(3.908)	-
BRASILFactors (a)	(1.650)	-	(3.908)	
Obrigações por Empréstimos	(3.570.104)	-	(383.999)	-
China Construction Bank Corporation (d)	(3.570.104)	-	(383.999)	
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	(397.526)		(7.410)	
China Construction Bank Corporation (d)	(397.526)	-	(7.410)	-
Prestação de serviços	-	80	-	201
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A (a)	-	80	-	201

#### A saber:

- (a) Controladas e Coligadas direta
- (b) Controladas e Coligadas indireta
- (c) Pessoal Chave da Administração e Controladores
- (d) Controladora indireta sediada no exterior (nota 1)
- (e) Controladora Direta

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

#### a.1) Dos vencimentos e taxas das operações

As aplicações interfinanceiras de liquidez pós-fixadas são valorizadas pelo CDI médio de 105% e as pré-fixadas às taxas médias de 14,09%; as operações compromissadas foram realizadas às taxas médias de 14,15% (Dezembro/14 - 11,65%) e possuem vencimento em 04 de janeiro de 2016, com lastro superior a 02 anos (Dezembro/14 - superior a 05 anos). As operações de LCA foram realizadas com taxas de 97% do CDI (Dezembro/14 - -%) e possuem vencimento final em até 03 anos (Dezembro/14 - ). As operações de LCI foram realizadas com taxas de 96% do CDI (Dezembro/14 - 96,88%) e possuem vencimento final em até 03 anos (Dezembro/14 - em até 03 anos). Os depósitos a prazo são remunerados pela taxa média de 104% do CDI (Dezembro/14 - 106% do CDI), diretamente relacionadas ao montante aplicado, com vencimento final em até 05 anos (Dezembro/14 - em até 03 anos). As obrigações por empréstimos foram realizadas às taxas médias de 1,15% e variação cambial com vencimento final em até 1 ano (Dezembro/14 - ). As informações referentes às cessões de crédito, com partes relacionadas, estão incluídas na nota 8h.

#### b) Remuneração do pessoal-chave da Administração - CCB Brasil Prudencial

Em assembleia geral anual dos acionistas é estabelecida a remuneração máxima agregada para os Administradores membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria, bem como é definido teto máximo para a participação dos Administradores no lucro do exercício.

A partir de 01 de janeiro de 2012, teve inicio a vigência da Resolução CMN nº 3.921/10, a qual determinou estrutura mínima de remuneração variável a ser paga a Administradores de Instituições Financeiras, com a seguinte delimitação: 50% da remuneração variável poderá ser paga em dinheiro; 10% da remuneração variável deverá ser paga em ações do CCB Brasil, com deliberação e disponibilidade imediata; e 40% da remuneração variável deverá ser paga em ações do CCB Brasil com a disponibilidade diferida proporcionalmente por 03 anos consecutivos, condicionada ao cumprimento, em cada um daqueles anos, das metas individuais, de equipe e Corporativas estabelecidas em Plano específico, que vincule o pagamento de remuneração variável ao efetivo desempenho positivo da instituição. O CCB Brasil efetuou pagamento de remuneração no primeiro semestre de 2014 no montante de R\$ 2.402 relativas ao exercício de 2013 e 2012, seguindo as disposições da Resolução nº 3.921/10, relativamente a pagamento em dinheiro e pagamento em ações. O efeito contábil está registrado em participações no lucro, de acordo com os limites estatutários.

# b.1) Benefícios de curto prazo - Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria

	Dezembro/15	Dezembro/14
Remuneração fixa	12.935	14.593
Remuneração variável	-	7.536
Outros	833	1.759
Total	13.768	23.888

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

#### b.2) Benefícios pós-emprego

O CCB Brasil não possui benefícios pós-emprego e nem de longo prazo para o pessoal-chave da Administração.

#### b.3) Benefícios de longo prazo

O CCB Brasil não possui, para o pessoal-chave da Administração, benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho.

# b.4) Outras informações

Conforme legislação em vigor, o CCB Brasil não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau;

Dessa forma, não são efetuados pelo CCB Brasil empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria e seus cônjuges e parentes até o 2º grau.

#### 17. DEPÓSITOS

#### a) Composição por tipo de cliente

Dezembro							
Cliente	Dep. à vista	Dep. a prazo (*)	Dep. interfinanceiro	Dep. poupança	Dep. em moedas estrangeiras	Total	
Pessoas jurídicas	92.736	1.762.993	-	1.946	2.372	1.860.047	
Pessoas físicas	17.517	165.194	-	10.787	-	193.498	
Investidores institucionais	-	818.796	-	-	-	818.796	
Instituições financeiras	3.852	35.088	810.814	-	-	849.754	
Total	114.105	2.782.071	810.814	12.733	2.372	3.722.095	

<sup>(\*)</sup> Do montante de R\$ 2.782.071 de depósito a prazo, R\$ 1.050.912 tem garantia especial do FGC - DPGE, de acordo com a Resolução nº CMN nº 3.692/09.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

					Dezembro/14
Cliente	Dep. à vista	Dep. a prazo (*)	Dep. interfinanceiro	Dep. Poupança	Total
Pessoas jurídicas	197.605	3.476.158	1	1.814	3.675.577
Pessoas físicas	20.455	225.211	-	11.020	256.686
Investidores institucionais	-	2.305.669	-	-	2.305.669
Instituições financeiras	1.480	31.743	401.990	-	435.213
Total	219.540	6.038.781	401.990	12.834	6.673.145

<sup>(\*)</sup> Do montante de R\$ 6.038.781 de depósito a prazo, R\$ 3.057.356 tem garantia especial do FGC - DPGE, de acordo com a Resolução CMN nº 3.692/09.

# b) Distribuição por prazos de vencimento

					D	ezembro/15
Vencimento	Dep. à vista	Dep. a prazo (*)	Dep. Interfinanceiro	Dep. poupança	Dep. em moedas estrangeiras	Total
Sem vencimento	114.105	-	-	12.733	1	126.838
Até 03 meses	-	986.000	38.686	_	2.372	1.027.058
De 03 meses a 01 ano	-	1.131.736	106.516	-	-	1.238.252
De 01 a 03 anos	-	630.822	41.471	-	-	672.293
De 03 a 05 anos	-	33.513	461.083	-	-	494.596
De 05 a 15 anos	-	-	163.058	-	-	163.058
Total	114.105	2.782.071	810.814	12.733	2.372	3.722.095

<sup>(\*)</sup> Dos títulos de depósitos a prazo com vencimento acima de um ano, o montante de R\$ 264.831, refere-se a captações em depósito a prazo com compromisso de liquidez, e está registrado na CETIP S.A.- Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, e foi classificado no Passivo Circulante no Balanço Patrimonial.

					Dezembro/14
Vencimento	Dep. à vista	Dep. a prazo (*)	Dep. Interfinanceiro	Dep. poupança	Total
Sem vencimento	219.540	-	-	12.834	232.374
Até 03 meses	-	1.445.908	71.412	-	1.517.320
De 03 meses a 01 ano	-	2.419.377	166.428	-	2.585.805
De 01 a 03 anos	-	2.171.200	26.064	-	2.197.264
De 03 a 05 anos	-	2.296	-	-	2.296
De 05 a 15 anos	-	-	138.086	-	138.086
Total	219.540	6.038.781	401.990	12.834	6.673.145

<sup>(\*)</sup> Dos títulos de depósitos a prazo com vencimento acima de um ano, o montante de R\$ 613.818, refere-se a captações em depósito a prazo com compromisso de liquidez, e está registrado na CETIP S.A.- Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, e foi classificado no Passivo Circulante no Balanço Patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

# c) Número de depositantes/investidores

Depositantes/investidores	Dezembro/15	Dezembro/14
Depósitos à vista (contas ativas)	4.008	5.532
Depósitos de poupança	761	847
Depósitos a prazo	951	1.801
Depósitos em moedas estrangeiras	1	1

#### d) Concentração dos principais depositantes - depósitos a prazo

	D	ezembro/15	5 Dezembro		
Depositantes	R\$	%	R\$	%	
Maior depositante	201.068	7,20	253.820	4,20	
10 Maiores depositantes	656.324	23,49	1.146.981	19,00	
20 Maiores depositantes	883.941	31,64	1.520.007	25,17	
50 Maiores depositantes	1.384.630	49,56	2.144.317	35,51	
100 Maiores depositantes	1.936.045	69,30	2.974.289	49,26	

# 18. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE LETRAS EMITIDAS

#### a) Captações no Mercado Aberto

Estão representadas por compromissos de recompra de títulos a preços fixos com liquidação em 01 de janeiro de 2016 e lastreados por LFT com vencimento em setembro de 2020.

#### b) Recursos de Letras Emitidas

São compostos por Letras de Crédito do Agronegócio - LCA, Letras Financeiras - LF e Letras de Crédito Imobiliário - LCI.

# b.1) Composição por tipo de cliente

	Dezembro/15			Dezembro/14		
Cliente	LCI	LCA	LF	LCI	LCA	LF
Pessoas jurídicas	-	-	24.864	-	20.669	23.017
Pessoas físicas	197.305	196.829	ı	237.774	254.534	1
Investidores institucionais	-	7.797	1.072	-	1	1
Instituições financeiras	1.449	•	57.202	44.182	20.033	146.095
Total	198.754	204.626	83.138	281.956	295.236	169.112

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

# b.2) Distribuição por prazos de vencimento

	D	Dezembro/15			Dezembro/14		
Cliente	LCI LCA LF			LCI	LCA	LF	
Até 03 meses	61.072	87.479	1.516	62.172	128.658	48.776	
De 03 meses a 01 ano	80.838	105.183	74.825	171.062	129.610	49.657	
De 01 a 03 anos	56.844	11.964	6.796	48.722	36.968	70.679	
Total	198.754	204.626	83.138	281.956	295.236	169.112	

#### 19. OBRIGAÇÕES POR TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO EXTERIOR

São representadas basicamente por emissão de títulos no mercado internacional, para repasses, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 1,82% a.a. (Dezembro/14 - 4,96% a.a.), cujos vencimentos estão assim distribuídos:

	Dezembro/15			Dezembro/14
Vencimento	R\$	%	R\$	%
Até 03 meses	4.591	5,28	14.602	1,42
De 03 meses a 01 ano	27.309	31,40	940.729	91,18
De 01 a 03 anos	55.066	63,32	76.381	7,40
Total	86.966	100,00	<u>1.031.712</u>	<u>100,00</u>

#### 20. EMPRÉSTIMOS E REPASSES DO EXTERIOR

Referem-se à captação de recursos para financiamento à importação e à exportação e repasses concedidos principalmente pela controladora no exterior e órgãos multilaterais, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 1,34% a.a. (Dezembro/14 - 1,95% a.a.). Os vencimentos estão assim distribuídos:

		Dezembro/15	Dezembro/1		
Vencimento	R\$	%	R\$	%	
Até 03 meses	243.429	5,59	418.560	20,50	
De 03 meses a 01 ano	3.971.040	91,18	1.466.166	71,82	
De 01 a 03 anos	73.959	1,70	95.981	4,70	
De 03 a 05 anos	44.619	1,02	30.350	1,49	
Acima de 05 anos	22.311	0,51	30.350	1,49	
Total	4.355.358	100,00	2.041.407	100,00	

As operações de empréstimos e repasses do exterior e divida subordinada (nota 25), que contem cláusulas restritivas ("covenants") foram classificadas no curto prazo no Balanço Patrimonial, por motivo de desenquadramento de alguns indicadores, entretanto, a nota acima mantem os prazos anteriormente estabelecidos, considerando o sucesso do "waiver" obtido em datas anteriores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

#### 21. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

Representada por repasses do Ministério da Agricultura na modalidade FUNCAFÉ com prazos de vencimento até março 2017 e Ministério das Cidades nas modalidades PSH - Programa Social de Habitação e PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida, sem vencimento.

# 22. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	Dezembro/15	Dezembro/14
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	22.240	15.721
Provisão para Impostos e contribuições sobre lucro	1.760	100
Impostos e contribuições a recolher	13.454	13.882
Provisão para imposto de renda diferido	39.691	38.764
Provisão para passivos de natureza tributária (*)	673.435	625.473
Total	750.580	693.940

# 23. CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

O CCB Brasil e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária.

#### a) Ativos contingentes

Não existem ativos contingentes contabilizados.

#### b) Passivos de natureza cível, trabalhista e fiscal

A Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, em análises das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base no histórico de perdas, constituiu provisão para passivos contingentes em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

# c) Obrigações legais e passivos contingentes classificados como perda provável

As obrigações legais e os passivos contingentes classificados como perdas prováveis estão integralmente contabilizados, sendo as mais relevantes:

**c.1) CSLL x Isonomia**: pleiteia suspender a exigência da CSLL, do período base de 2008 e seguintes, em relação à majoração da alíquota de 9%, aplicada às demais pessoas jurídicas, para 15%, aplicada às instituições financeiras, tendo em vista o desrespeito ao princípio constitucional da isonomia. O valor envolvido está sendo depositado em juízo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

- c.2) COFINS x Lei nº 9.718/98: pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei n.º 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo.
- **c.3) PIS x Lei nº 9.718/98**: pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº. 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo.
- **c.4) PIS Emenda Constitucional nº 10/96:** pleiteia afastar a exigência da contribuição para o PIS de forma retroativa e durante o período de 90 dias compreendido entre 07/03/96 e 07/06/96, em observância aos princípios da "irretroatividade" e da "anterioridade nonagesimal", bem como assegurar o direito de calcular e recolher a partir de 07/06/96 a contribuição ao PIS sobre a receita bruta operacional, entendida como aquela decorrente exclusivamente da prestação de serviços e venda de bens, tal como definida no art. 44 da Lei nº 4.506/64, no art.12 do Decreto-Lei nº 1.587/77 e no art. 226 do Decreto nº 1.041/94. O valor envolvido foi depositado em juízo.

#### d) Passivos contingentes classificados como perda possível

#### d.1) Processos fiscais e previdenciários

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pela instituição e estão baseados em pareceres dos consultores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as possíveis perdas, sendo compostas basicamente pelas seguintes questões:

PIS - Emenda Constitucional nº 17/97 - valor envolvido R\$ 10.829: pleiteia afastar a exigência da contribuição para o PIS de forma retroativa e durante o período de 90 dias compreendido entre 25/11/97 e 23/02/98, em observância aos princípios da "irretroatividade" e da "anterioridade nonagesimal", bem como assegurar o direito de calcular e recolher a partir de 23/02/98 a contribuição ao PIS na forma da Lei Complementar n º 7/70. Decisão final totalmente favorável ao CCB Brasil transitada em julgado em junho/2015.

**IRF** sobre Remessa de Juros ao Exterior - valor envolvido R\$ 11.669: pleiteia compensar os valores indevidamente retidos a titulo de imposto de renda na fonte sobre remessas de juros ao exterior, com o mesmo imposto de renda das pessoas jurídicas, nos termos do art. 39 da Lei nº 9.250/96, afastando as restrições contidas nas Cartas-Circulares n.º 2.269/92 e n.º 2.372/93 e Comunicado nº 2.747/92, que condicionavam a aplicação de alíquota zero do imposto de renda à observância de prazos mínimos de amortização, por flagrante violação ao principio da legalidade. O valor envolvido foi depositado em juízo.

ISS - Serviços Tributados - Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC Nº 56/87 - valor envolvido R\$ 17.696: pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacifica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

**PDD** / **1994** - valor envolvido R\$ 21.352: pleiteia deduzir, no cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, relativo ao ano-base de 1994, da despesa relativa à constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, nos termos em que é determinada pelo CMN e BACEN, tal como prevista na Resolução nº 1.748/90 e modificações posteriores, afastando-se, por inconstitucional e ilegal o disposto no art. 43, parágrafo 4º, da lei nº 8.981/95. O valor envolvido foi depositado em juízo.

**INSS - Participação nos Lucros dos Administradores -** valor envolvido R\$ 69.803: pleiteia a desconstituição de lançamento de suposto débito de INSS, relativo aos períodos-base de 2006 a 2011, lançados através de Auto de Infração, primeiro pelo fato de já ter operado a decadência em relação aos débitos relativos aos fatos geradores ocorridos até 10 de outubro de 2006, segundo porque não incide INSS sobre participação nos lucros, nos termos do art. 7°, XI, da Constituição Federal e art. 28, parágrafo 9°, da lei nº 8.212/91.

INSS - Aviso Prévio Indenizado - valor envolvido R\$ 1.288: pleiteia afastar a exigência do INSS incidente sobre as verbas pagas aos empregados, a título de Aviso Prévio Indenizado, em face da natureza jurídica de indenização, portanto não sujeita a contribuição para a Seguridade Social prevista no art. 22°, inciso I, e no art. 28°, da lei nº 8.212/1991. Decisão final totalmente favorável ao CCB Brasil transitada em julgado em novembro/2015.

#### d.2) Processos trabalhistas

O CCB Brasil possui 109 (Dezembro/14 - 95) processos trabalhistas avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados, totalizando R\$ 29.060 (Dezembro/14 - R\$ 17.533). Existem 128 (Dezembro/14 - 121) processos, cujas verbas indenizatórias reclamadas totalizam R\$ 10.725 (Dezembro/14 - R\$ 41.618), que estão classificadas como risco possível, e para esses casos, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor máximo de indenização desses processos em caso de perda é da ordem de R\$ 6.630 (Dezembro/14 - R\$ 14.412). As contingências tem relação com processos em que se discutem pretensos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista especifica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

#### d.3) Processos cíveis

O CCB Brasil possui 2.749 (Dezembro/14 - 2.861) processos cíveis avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados e totalizam R\$ 86.863 (Dezembro/14 - R\$ 71.908). O CCB Brasil possui 569 (Dezembro/14 - 614) processos, cujos valores reclamados totalizam R\$ 712.902 (Dezembro/14 - R\$ 883.576), os quais estão classificados como risco possível, e assim sendo, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor possível de indenização desses processos é de R\$ 337.453 (Dezembro/14 - R\$ 355.764). As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

# e) Movimentação das provisões para "obrigações legais" e "passivos contingentes", classificados como perda provável.

Descrição	Dezembro/14	Adição	Reversão	Utilização	Dezembro/15
Cíveis	71.908	21.675	(4.638)	(2.082)	86.863
Trabalhistas	17.533	14.285	(1.057)	(1.701)	29.060
Subtotal	89.441	35.960	(5.695)	(3.783)	115.923
Fiscais e previdenciárias	Dezembro/14	Adição	Reversão	Atualização	Dezembro/15
CSLL Isonomia de Alíquotas - 2008 em diante	118.747	-	-	10.563	129.310
PIS - Receita Bruta Operacional - EC nº 10/96	11.762	-	-	346	12.108
PIS - Alargamento da Base de Cálculo - Lei nº 9.718/98	68.489	-	(2.053)	5.400	71.836
COFINS - Alargamento da Base de Cálculo - Lei nº 9.718/98	424.881	-	-	33.589	458.470
ISS - Serviços Não Tributados - LC nº 56/87	1.435	-	-	114	1.549
ISS - Operações de Leasing fora da Sede	159	-	-	-	159
Subtotal	625.473		(2.053)	50.012	673.432
Total	<u>714.914</u>	<u>35.960</u>	<u>(7.748)</u>	<u>46.229</u>	<u>789.355</u>

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia (nota 11 - Outros Créditos - Diversos) o montante de R\$ 64.086 (Dezembro/14 - R\$ 8.607) - processos Cíveis, R\$ 17.289 (Dezembro/14 - R\$ 13.067) - processos Trabalhistas e R\$ 291.792 (Dezembro/14 - R\$ 207.594) - processos Fiscais.

#### 24. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	Dezembro/15	Dezembro/14
Cheques administrativos	315	1.535
Credores por antecipação de valores residuais	93.716	122.193
Obrigações por aquisição de bens e direitos	289	12.710
Provisão para pagamentos a efetuar	22.660	22.341
Provisão para passivos contingentes (a)	115.923	89.441
Credores diversos - país (d)	121.452	21.667
Obrigações especificas de controladas não sujeitas ao Bacen	28.976	25.726
Total	<u>383.331</u>	<u>295.613</u>

<sup>(</sup>a) Refere-se à provisão para processos trabalhistas e cíveis (nota 23e).

<sup>(</sup>b) Refere-se ao valor das cotas seniores dos FIDC's reclassificadas para fins de consolidação.

<sup>(</sup>c) Refere-se ao saldo da obrigação assumida nas cessões de operações de crédito com retenção substancial de risco, e será amortizada pelo repasse aos cessionários e, as despesas dessa obrigação, serão reconhecidas ao resultado no prazo do contrato.

<sup>(</sup>d) Acrescido o saldo de provisão para fiança no montante de R\$ 103.066, período findo em 31 de dezembro de 2015 (nota 32).

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

# 25. CAPTAÇÕES E EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR

#### a) Dívida subordinada

Esta representada por captações que compõem o Capital de Nível II nos cálculos dos limites operacionais, conforme segue:

Captação	Valor	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão	Tx Juros (a.a.)	Dezembro/15	Dezembro/14
CDB							
Subordinado	R\$ 200.000	03/11/2009	04/11/2019	200.000	100% taxa Selic	366.300	323.421
Eurobonds	US\$ 300.000	27/04/2010	27/04/2020	529.153	8,50%	1.018.945	674.242
LOAN							
Subordinado							
(*)	US\$ 32.000	30/07/2010	15/10/2017	52.093	7,31%	126.887	86.308
Total - Nível II							
PR						<u>1.512.133</u>	1.083.971

<sup>(\*)</sup> vide comentário nota 20.

#### b) Instrumento de dívida elegível a capital

Em 30 de novembro de 2015 foi aprovada pelo BACEN a captação da Dívida Subordinada no montante de R\$ 397.299 (US\$ 100 milhões) como elegível ao Nível II do PR a partir de 30 de setembro de 2015.

Captação	Valor	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão	Tx Juros (a.a.)	Dezembro/15
EMTN - ITB	US\$ 100.000	29/09/2015	29/09/2025	397.299	7,2%	397.526
Total - Nível II PR						<u>397.526</u>

#### 26. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência do prazo.

# 27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Ações

O capital social do Banco aprovado é de R\$ 2.012.810 e está dividido em 252.903.569 ações nominativas, sendo 160.206.833 ordinárias e 92.696.736 preferenciais, sem valor nominal.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

Em 22 de abril de 2014 a Assembleia Geral Extraordinária, aprovou o aumento de capital de R\$ 1.434.206 para R\$ 2.012.810, sem emissão de novas ações, mediante a incorporação do saldo das reservas de lucros no montante de R\$ 578.604.

#### b) Ações em tesouraria

A Administração do CCB Brasil, através das deliberações provenientes das reuniões do Conselho de Administração, autorizou a recompra de ações de emissão própria para permanência em tesouraria e posterior cancelamento.

Em 06 de julho de 2011 a Administração foi autorizada a recomprar ações, no período de 06 de julho de 2011 a 05 de julho de 2012, sem redução do capital social, até o limite de 10% das ações preferenciais nominativas em circulação, ou seja, até 6.879.540 ações (4º Programa de recompra de Ações).

Para os efeitos do artigo 21º da Instrução CVM nº 10, de 14 de fevereiro de 1980, especifica-se que:

- 1) As autorizações deliberadas em reuniões do Conselho de Administração têm por objetivo a aplicação de recursos disponíveis, oriundos de reserva de capital;
- 2) No período de 01/01/2011 a 31/12/2011 o Banco adquiriu a quantidade de 6.879.540 ações nominativas, no montante de R\$ 58.593. O custo médio das ações recompradas foi de R\$ 8,52 por ação, o custo máximo foi de R\$ 9,70 e o custo mínimo foi de R\$ 6,96.
- 3) O valor de mercado das ações em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 8,25 (Dezembro/14 R\$ 5,70).

No primeiro semestre de 2014, o CCB Brasil transferiu aos Administradores ações de sua própria emissão, que se encontravam em tesouraria, a título de pagamento de parcela da remuneração variável do ano de 2013 (307.188 ações). (Ver nota explicativa 16.b).

A movimentação das ações em Tesouraria pode ser observada conforme abaixo:

	Dezembro/15			
<u>Descrição</u>	Em R\$ mil N° de açõ			
Recompra de ações (4º programa)	57.507	6.705.706		
Pagamento em ações - Resolução nº 3.921/10	(2.402)	(307.188)		
Saldo Final em 31/12/2015	<u>55.105</u>	<u>6.398.518</u>		

#### c) Dividendos e Juros sobre capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, nos termos da legislação societária aplicável.

Não houve pagamento de juros sobre capital próprio.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

#### d) Reservas

Reserva legal - Constituída a base de 5% sobre o lucro líquido, limitada a 20% do capital social.

Reserva estatutária - Constituída pela destinação de valores remanescentes dos lucros líquidos de períodos encerrados, deduzidos das constituições de reserva legal, dos dividendos e dos juros sobre capital próprio, e tem por finalidade reforçar o capital social e de giro do Banco mediante acumulação de lucros remanescentes não distribuídos aos acionistas.

# 28. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O crédito tributário e o passivo diferido, relativos à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), apurados em 31 de dezembro de 2015, com base nas premissas do Estudo Técnico para Créditos Tributários, foram calculados com a alíquota de 20%.

a) Créditos tributários: o imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados no CCB Brasil - Realizável a Longo Prazo - Outros créditos diversos, apresentaram a seguinte movimentação no período:

	Dezembro/14	Realizações	<u>Adições</u>	<u>Adições</u> 15% - 20%	Dezembro/15
<u>Descrição</u>					
Imposto de Renda					
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	361.037	(85.616)	260.858	-	536.279
Provisão para desvalorização de bens não de uso	19.046	(3.522)	2.215	_	17.739
Provisão para contingências e outras	168.852	(14.732)	71.552	-	225.672
Subtotal	548.935	(103.870)	334.625	_	779.690
Prejuízo fiscal	111.274	(1.642)	65.225	-	174.857
Subtotal - Crédito Tributário IRPJ	660.209	(105.512)	399.850	<u>-</u>	954.344
Contribuição Social					
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	216.623	(52.598)	160.248	104.745	429.018
Provisão para desvalorização de bens não de		,			
uso	11.427	(2.114)	1.549	1.354	12.216
Provisão para contingências e outras	101.314	(47.215)	43.621	45.115	142.835
Subtotal	329.364	(101.927)	<u>205.418</u>	<u>151.214</u>	<u>584.069</u>
Base negativa da CSLL acumulada	96.662	(23.042)	41.699	40.585	155.904
Subtotal - Crédito Tributário CSLL	426.026	(124.969)	<u>247.117</u>	191.799	739.973
Total - Crédito Tributário IRPJ/CSLL	1.086.235	(230.481)	646.967	191.799	1.694.520

Os valores dos Créditos Tributários sofreram ajustes que se referem ao montante de R\$ 352 referente à variação do percentual na Brasil Factors de 40% para 50%, não transitado por resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

<u>Descrição</u>	Dez/13	Realizações	<u>Adições</u>	Dez/14
Imposto de Renda				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	197.696	(149.588)	312.929	361.037
Provisão para desvalorização de bens não de uso	4.807	(4.374)	18.613	19.046
Provisão para contingências e outras	139.359	(11.190)	40.683	168.852
Subtotal	341.862	<u>(165.152)</u>	<u>372.225</u>	<u>548.935</u>
Prejuízo fiscal	69.985	(49.910)	91.199	111.274
Subtotal	<u>411.847</u>	<u>(215.062)</u>	<u>463.424</u>	660.209
Contribuição Social				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	110.343	(81.291)	187.571	216.623
Provisão para desvalorização de bens não de uso	2.883	(2.624)	11.168	11.427
Provisão para contingências e outras	83.616	(6.712)	24.410	101.314
Subtotal	<u>196.842</u>	<u>(90.627)</u>	<u>223.149</u>	<u>329.364</u>
Base negativa da CSLL acumulada	42.287	(1.467)	55.842	96.662
Subtotal	<u>239.129</u>	<u>(92.094)</u>	<u>278.991</u>	<u>426.026</u>
			•	
Total	<u>650.976</u>	<u>(307.156)</u>	<u>742.415</u>	<u>1.086.235</u>

Realização dos créditos tributários - com base em estudo técnico, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros sobre os quais ocorrerá a realização dos créditos tributários. Para os créditos tributários existentes na data do balanço, foram estimados os seguintes percentuais de realização: 31,4% até dezembro de 2016, 27,8% até dezembro de 2017, 14,7% até dezembro de 2018, 7,1% até dezembro de 2019, 16,2% até dezembro de 2020, 0,5% até dezembro de 2021, 0,3% até dezembro de 2022, 0,1% até dezembro de 2023, 0,1% até dezembro de 2024 e 1,8% até dezembro de 2025. É importante ressaltar que o referido estudo de realização do crédito tributário foi elaborado a partir de premissas do plano de negócios do novo controlador e considera ações a serem implementadas pela administração e pelo controlador, as quais serão revistas tempestivamente de acordo com as normas regulamentares. A realização e manutenção do registro do credito tributário depende da realização de lucros tributáveis futuros e do atendimento aos prazos e condição de realização definidos pela Resolução nº 3.355/06. Nesse contexto se destacam os seguintes aspectos em relação às condições do registro do credito tributário:

- A referida Resolução estabelece que o registro contábil de crédito tributário só pode ser efetuado na condição em que o Banco apresente histórico de lucros tributários para fins de imposto de renda e contribuição social, comprovado pela ocorrência dessa situação em pelo menos três, dos últimos cinco exercícios sociais. O Banco apresentou prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social nos exercícios sociais de 2012 e 2013;
- A condição acima deixou de ser aplicável no Banco no exercício de 2014, em decorrência da efetiva mudança de controle acionário e um novo período de histórico de lucratividade para cinco anos foi iniciado.

A Nova Administração, exercida com a influência do novo controlador, acredita que os esforços empreendidos na geração de lucros tributáveis futuros, conforme evidenciado no estudo técnico anteriormente mencionado e no contexto operacional (nota 1) em que está inserida a companhia, serão suficientes a suportar a realização dos créditos tributários.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

No término do exercício social de 2015 o CCB Brasil Banco Múltiplo apurou pelo segundo ano consecutivo prejuízos fiscais para fins de apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social. De acordo com a Resolução nº 3.059 de 20 de dezembro de 2002, dentre outras exigências, somente podem efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias quando se apresentar expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros e histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência.

Diante do exposto, com a concretização do aumento de capital já autorizado pelos chineses, o que possibilita a retomada dos negócios, em função das imitações regulatórias, bem como aliado a outras medidas, como profunda alteração no perfil de captação, com relevante redução de custos, a administração projeta a ocorrência lucros tributáveis nos próximos anos. Mas existe possibilidade de, ao término do primeiro semestre de 2016, vir a apresentar justificativa ao Banco Central do Brasil, fundamentada no estudo técnico de expectativa de lucros tributários, conforme estabelecido pela Resolução nº 4.441 de 29 de outubro de 2015 e Circular nº 3.776, de 30 de dezembro de 2015, visando assegurar a manutenção dos registros de créditos tributários do Banco. Esse processo de transição era esperado, o novo controlador e a administração confiam plenamente na viabilidade do novo plano de negócios e na concretização das estimativas que fundamentam o estudo técnico sobre crédito tributário, conforme nota 28 a.

Valor presente dos créditos tributários - com base na taxa SELIC projetada, descontada dos efeitos tributários, os créditos tributários calculados a valor presente totalizam, aproximadamente, R\$ 1.217.424 (Dezembro/14 - R\$ 787.237).

# b) Passivo diferido

O CCB Brasil possui registrado R\$ 30.799 (Dezembro/14 - R\$ 7.970) a título de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajuste positivo do MTM dos Títulos Públicos e Derivativos que, serão realizados durante o prazo das operações com títulos e valores mobiliários e derivativos reconhecidos a valor justo.

A CCB Brasil Arrendamento Mercantil possui registrada R\$ 8.767 (Dezembro/14 - R\$ 30.554) a título de imposto de renda diferido sobre superveniência de depreciação, que será realizado durante o prazo das operações de arrendamento.

Passivo diferido	Dezembro/14	Realizações	Adições	Dezembro/15
IR e CS sobre ajuste positivo do MTM	8.210	(23.373)	46.087	30.924
IR sobre Superveniência de depreciação	30.554	(21.787)	-	8.767
Total	<u>38.764</u>	(45.160)	<u>46.087</u>	<u>39.691</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

Passivo diferido	Dezembro/13	Realizações	Adições	Dezembro/14
IR e CS sobre ajuste positivo do MTM	13.933	(36.046)	30.323	8.210
IR sobre Superveniência de depreciação	40.313	(9.914)	155	30.554
Total	54.246	(46.200)	30.478	38.764

# c) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

		Dezembro/15
Apuração	<u>IR</u>	<u>cs</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(1.074.179)	(1.074.179)
Base de cálculo	(1.074.179)	(1.074.179)
Adições temporárias	1.348.756	2.384.767
Adições permanentes	176.466	176.466
Exclusões	(625.303)	(1.862.194)
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo do IR e CSLL (Acumulado 2015)	(174.260)	(375.140)
(+) Resultado Fiscal negativo das empresas consolidadas	260.900	548.560
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal / Base de Cálculo Negativa CSLL	(6.568)	(153.613)
Lucro Real e Base de Cálculo IR e CSLL	80.072	19.807
Encargos às alíquotas de 15% para IR e 20% para CSLL	12.011	2.971
Adicional de 10% de IR	7.983	
Impostos correntes	<u> 19.994</u>	<u>2.971</u>
Conciliação do resultado		
Imposto de Renda e CSLL Diferido	(3.420)	9.756
(=) Provisão IR e CSLL (2015)	<u>16.574</u>	12.727
Constituição de créditos tributários (s/ Adições temporárias)	(337.189)	(357.715)
Constituição de créditos tributários (s/ Prejuízo Fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	(65.225)	(82.284)
Realização do crédito tributário (s/ Reversão de adições temporárias)	103.870	101.927
Realização do crédito tributário (s/ Compensação Prejuízo Fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	1.642	23.042
(=) Efeito líquido do crédito tributário	(296.902)	(315.030)
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(280.328)	(302.303)

		Dezembro/14
Apuração	<u>IR</u>	<u>cs</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(1244.734)	(1.244.734)
(-) Participações nos lucros	(7.867)	(7.867)
Base de cálculo	(1.252.601)	(1.252.601)
Adições temporárias	1.488.900	1.487.660
Adições permanentes	166.354	158.487
Exclusões	(679.905)	(718.339)
Lucro Real e Base de Cálculo da CSLL (Acumulado 2014)	(277.252)	(324.793)
(+) Resultado Fiscal negativo das empresas consolidadas	364.796	372.280
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal / Base de Cálculo Negativa CSLL	(28.384)	(9.780)
Lucro Real e Base de Cálculo IR e CSLL	59.160	37.707
Encargos às alíquotas de 15% para IR e CSLL	8.874	5.656
Adicional de 10% de IR	5.892	
Impostos correntes	<u>14.766</u>	<u>5.656</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

Conciliação do resultado		
Impostos correntes	14.766	5.656
Imposto de Renda e CSLL Diferido	(13.486)	(2.235)
(=) Provisão IR e CSLL (2014)	<u>1.280</u>	<u>3.421</u>
Constituição de créditos tributários (s/ Adições temporárias)	(372.225)	(223.149)
Constituição de créditos tributários (s/ Prejuízo Fiscal e base negativa CSLL)	(91.199)	(55.842)
Realização do crédito tributário (s/ Reversão de adições temporárias)	129.652	77.485
Realização do crédito tributário (s/ Compensação prejuízo fiscal e base negativa CSLL)	7.096	1.467
(=) Efeito líquido do crédito tributário	(326.676)	(200.039)
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(325.396)	<u>(196.618)</u>

# 29. COMPOSIÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO

# a) Resultado de operações de crédito

	2ºSemestre 2015	2015	2014
Capital de giro e descontos	298.293	679.071	997.900
Contas garantidas	7.076	30.124	135.961
Crédito pessoal consignado	69.339	118.619	86.419
Compror	-	156	2.112
Cheque empresarial	1.216	5.224	27.915
Financiamentos à importação	8.148	17.866	17.731
Financiamentos à exportação	35.290	72.751	91.384
Financiamentos rurais e agroindustriais	3.005	6.328	5.033
Financiamentos imobiliários e habitacionais	144	282	263
Financiamentos de máquinas e veículos pesados	40.534	79.961	68.082
Resolução 63 - (atual Resolução nº 2.770)	395	730	618
Vendor	-	-	346
Crédito a pessoas físicas	4.706	14.653	24.457
Outros empréstimos e financiamentos	31.707	64.959	44.134
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	47.529	106.710	16.715
Variação cambial sobre créditos em moeda estrangeira	63.454	89.740	4.153
Total	610.836	1.287.174	1.523.223

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

# b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2°Semestre 2015	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	13.227	25.752	113.040
Resultado de títulos renda fixa	167.452	299.445	152.514
Rendas de aplicações compromissadas	76.174	166.597	7.555
Outras operações com títulos e valores mobiliários	131	8.922	4.609
Variação cambial	1.165	7.816	(978)
Total	258.149	508.532	276.740

# c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	2°Semestre 2015	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Mercado futuro - dólar	(27.530)	(47.575)	(18.258)
Mercado futuro - DI	70.749	107.386	14.227
Resultado de compra/venda de opções de ações	1	1	(586)
Resultado de compra/venda de opções flexíveis	(1.165)	(1.188)	53
Swap	(129.952)	(128.622)	(119.643)
Variação cambial - Swap	859.914	1.212.782	261.845
Termo de moedas	(3.688)	991	(4.577)
Total	768.328	<u>1.143.774</u>	<u>133.061</u>

## d) Resultado de câmbio

	2ºSemestre 2015	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Rendas de operações de câmbio	36.944	77.955	76.488
Despesas de operações de câmbio	(1.157)	(2.498)	(3.176)
Variações cambiais	278.314	475.647	168.844
Total	<u>314.101</u>	<u>551.404</u>	<u>242.156</u>

# e) Despesas de captação no mercado

	2°Semestre 2015	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Depósitos de poupança	577	973	934
Títulos e valores mobiliários no exterior	95.211	173.845	122.645
Depósitos interfinanceiros	55.157	86.059	36.532
Depósitos a prazo	295.772	676.890	760.454
Operações compromissadas	64.964	151.122	14.066
Despesas de juros sobre debêntures			1.326

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

Despesas de letras do agronegócio - LCA	15.493	31.052	30.472
Despesas de letras de crédito imobiliário - LCI	14.242	30.310	
Despesas de letras financeiras - LF	6.403	14.172	22.303
Outras	9.967	25.548	57.711
Variação cambial sobre títulos emitidos no exterior	504.321	778.300	192.515
Total	1.062.107	1.968.271	1.238.958

# f) Despesas (receitas) com empréstimos, cessões e repasses

	2ºSemestre 2015	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Repasses Funcafé/BNDES	3.139	4.847	6.024
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior	38.110	65.121	56.846
Variações cambiais sobre empréstimos e repasses	645.416	925.599	205.073
Marcação a mercado - item objeto de hedge	36.469	35.926	-
Total	723.134	1.031.493	267.943

# g) Outras receitas operacionais

	2ºSemestre		
	<u>2015</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Recuperação de encargos e despesas  Rendas de direitos específicos de controladas não	3.001	7.462	4.523
sujeitas ao BACEN	-	-	2.242
Remuneração de recursos recolhidos ao BACEN	50	141	188
Rendas de títulos de crédito e por venda de bens	8.505	15.619	17.672
Rendas de aquisição de recebíveis	-	-	18.010
Atualização de depósitos em garantia	5.648	9.921	6.697
Reversão de contingências fiscais	-	2.053	187
Reversão de provisões operacionais	761	3.533	969
Outras rendas operacionais	21.314	32.272	13.621
Total	<u>39.279</u>	<u>71.001</u>	<u>64.109</u>

# h) Outras despesas operacionais

	2ºSemestre 2015	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Despesas de capitação por emissão de controladas não sujeitas ao BACEN	-		255
Despesas de obrigações por cotas de fundos de investimentos	-	10.563	24.703
Despesas de obrigações específicas de controladas não sujeitas ao BACEN	-	1.672	2.616

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

Descontos concedidos em antecipações e renegociações	4.248	8.362	34.596
Constituição/Reversões de provisões trabalhistas e cíveis	16.347	32.684	47.855
Constituição de provisões para fiança	43.978	103.068	1
Despesas de atualização - contingências fiscais e previdenciárias	22.853	39.542	37.802
Comissões crédito consignado	32.233	65.760	60.453
Programa de remuneração e retenção de funcionários	13.946	18.981	25.672
IOF sobre operações de câmbio próprias	601	1.158	2.516
Outras despesas	1.141	11.865	33.282
Total	135.347	<u>293.655</u>	269.750

# i) Despesas de pessoal

	<u>2°Semestre</u> <u>2015</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Salários	71.529	138.621	139.220
Benefícios	12.104	23.179	22.368
Encargos sociais	24.887	47.623	47.928
Honorários da diretoria	6.768	12.935	14.665
Outros	557	1.107	1.199
Total	115.845	223.465	225.380

# j) Outras despesas administrativas

	2ºSemestre		
	<u>2015</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Despesas de aluguéis e taxas	15.111	29.576	28.326
Despesas de comunicações	1.293	2.793	4.076
Despesas de manutenção e conservação	6.923	10.491	7.613
Despesas de processamento de dados	10.186	19.538	17.675
Despesas de promoções e relações públicas	1.133	2.404	2.532
Despesas de propaganda e publicidade	1.655	3.061	2.675
Despesas de serviços do sistema financeiro	5.697	12.287	12.888
Despesas de serviços de terceiros	22.446	41.025	63.317
Despesas de transportes e viagens	2.671	4.817	4.551
Despesas de amortização e depreciação	9.635	19.962	29.279
Outras despesas	12.218	24.733	24.833
Total	<u>88.968</u>	<u>170.687</u>	<u>197.765</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

# k) Despesas tributárias

	<u>2°Semestre</u> <u>2015</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Despesas tributárias	3.144	5.986	15.120
Despesas de impostos s/ serviços de qualquer natureza	1.704	3.922	5.279
Despesas de contribuição ao COFINS	8.218	18.885	31.304
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	1.349	3.589	5.225
Total	14.415	32.382	56.928

# I) Resultado das variações cambiais sobre ativos e passivos

No resultado da intermediação financeira foram computadas variações cambiais sobre ativos e passivos indexados a moedas estrangeiras, cuja composição líquida é a seguinte:

	2ºSemestre 2015	2015	<u>2014</u>
Operações de crédito	63.454	89.740	4.153
Títulos e valores mobiliários no exterior - Ativo	1.165	7.816	(978)
Mercado futuro - dólar	(27.530)	(47.575)	(18.258)
Opções flexíveis - dólar	(1.165)	(1.188)	53
Swap - dólar	859.914	1.212.782	261.845
Termo de moeda - dólar	(3.688)	991	(4.577)
Resultado de câmbio	278.314	475.647	168.852
Títulos e valores mobiliários no exterior - Passivo	(504.321)	(778.300)	(192.513)
Obrigações por empréstimos e repasses do exterior	(645.416)	(925.599)	(205.073)
Total	20.727	<u>34.314</u>	13.504

# m) Resultado não operacional

Refere-se basicamente a baixa de bens próprios e provisionamentos para ajuste ao valor de realização de bens ou outros ativos não operacionais.

	2ºSemestre		
	<u>2015</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Resultado na alienação de bens	(778)	1.149	(6.654)
Perdas de Capital	(857)	(3.002)	(5.159)
Despesa de Provisão para ajuste do valor de realização de bens	(3.265)	(1.519)	(70.000)
Outros	363	699	1.736
Total	(4.537)	(2.673)	<u>(80.077)</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

#### 30. ACORDO DA BASILEIA

A administração acredita que a implementação do plano de negócios em vigor (nota 1), permitirá alcançar os objetivos de requerimento de capital exigidos pelo plano de negócios da companhia e atender aos níveis mínimos de capitalização requeridos pelo Banco Central do Brasil.

Em 1° de março de 2013 o BACEN editou um conjunto de quatro Resoluções e quinze circulares, conhecido por "Basileia III", que estabeleceu novos requerimentos de capital para as instituições financeiras operantes no sistema bancário brasileiro, dentre elas a Resolução nº 4.192/13 que impôs medidas de impacto sobre a metodologia de cálculo do Patrimônio de Referência, em vigor desde Outubro/13, especialmente no tratamento dos créditos tributários e do Capital de Nível II composto no caso do CCB Brasil, de dividas subordinadas, conforme detalhadas na nota explicativa n° 25a.

	Basileia III
Cálculo do Índice de Basileia	Dezembro/15
Patrimônio de Referência Nível I	435.401
- Capital Principal	435.401
Patrimônio de Referência Nível II	1.066.668
- Dívida Subordinada (*)	1.066.668
Patrimônio de Referência - Prudencial	1.502.069
Risco de Crédito	958.447
Risco de Mercado	6.409
Risco Operacional	160.769
Ativos Ponderados pelo Risco - RWA	1.125.625
Índice de Basileia	14,68
Índice de Capitalização Nível I	4,26
Índice de Capitalização Nível II	10,42

## 31. DEMONSTRATIVO DO LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO

	Dezembro/15	Dezembro/14
Limite	715.333	962.593
Situação	158.354	192.178
Margem	556.979	770.415
Índice de imobilização	11,07%	9,98%

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

# 32. AVAIS E FIANÇAS PRESTADAS

As responsabilidades por avais e fianças prestadas montam R\$ 2.065.537 (Dezembro/14 - R\$ 2.472.199) e apresentam a seguinte concentração:

CCB Brasil MÚLTIPLO E CONSOLIDAD			OLIDADO	
	Dezembro/15	%	Dezembro/14	%
Maior tomador de fiança	162.481	7,87	143.446	5,80
10 Maiores fianças	762.188	36,90	716.076	28,97
20 Maiores fianças	1.098.953	53,20	1.114.633	45,09
50 Maiores fianças	1.572.935	76,15	1.650.211	66,75

No período findo em 31 de dezembro de 2015, o saldo de provisão para avais e fianças prestadas é de R\$ 103.066 (Dezembro/14 - ), registrada na rubrica "Outras obrigações diversas" (nota 24).

a) As responsabilidades por avais e fianças honradas representam o montante de R\$ 34.317 (Dezembro/14 - R\$ 5.166) e estão classificadas na carteira de crédito de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do BACEN (nota 8a).

#### 33. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

O gerenciamento de riscos do Banco permite que os riscos inerentes sejam devidamente identificados, mensurados, mitigados e controlados, visando suportar o desenvolvimento sustentado das atividades e o contínuo aperfeiçoamento da gestão de riscos.

O Banco centralizou o gerenciamento dos riscos Socioambientais, Mercado, Crédito, Liquidez, Operacional e Gestão de Capital com o objetivo de potencializar a eficiência de seus controles. Isso resulta em uma visão global das exposições a que o Banco está sujeito pela própria natureza de suas atividades, o que permite aperfeiçoar e tornar mais ágeis as decisões estratégicas, assegurar o cumprimento das políticas estabelecidas para a área e aperfeiçoar a identificação dos riscos que possam afetar essa estratégia de negócios e o cumprimento de objetivos. O Relatório de Gestão de Riscos (não auditado) em atendimento a Circular nº 3.678 de 31 de Outubro de 2013 que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, encontra-se no site http://www.br.ccb.com/menu/Relacoes-com-Investidores/Governanca-Corporativa/Gestao-de-Riscos/Relatorios-de-Gerenciamento-de-Risco-109 e poderá prover maiores detalhes a respeito.

A estrutura de Gerenciamento de Capital encontra-se implantada, atendendo à Resolução nº 3.988 de 30 de junho de 2011 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definição da estrutura organizacional, aplicável a todo o conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro. Existem políticas institucionais e processos definidos com os procedimentos e sistemas necessários à efetiva implantação da estrutura de Gerenciamento de Capital.

Da mesma forma, atendendo à Resolução nº 4.090 de 24 de maio de 2012 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a estrutura de Gerenciamento de Liquidez foi estabelecida e implantada. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definida a estrutura organizacional aplicável a todo o conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro, bem como aprovadas as políticas institucionais para o gerenciamento de liquidez.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

A Resolução nº 4.327 de 25 de Abril de 2014 do Conselho Monetário Nacional (CMN) também está observada relativamente ao estabelecimento e implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental.

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece os princípios que norteiam a estratégia institucional no controle e gerenciamento dos riscos em todas as operações. Administrativamente, as ações são avaliadas nos diversos comitês que garantem a adequação do gerenciamento, considerando a complexidade dos produtos, a exposição ao risco e a relação risco-retorno que envolvem todas as decisões de negócios do Banco. A gestão de riscos está em linha com as diretrizes definidas pelo Banco Central e abrange todas as empresas controladas.

As políticas de gestão de riscos do CCB Brasil destinam-se a suportar a formulação do apetite ao risco, guiar os colaboradores e constituir procedimentos para monitorar, controlar, dimensionar e reportar os riscos à Diretoria Executiva. O envolvimento da Alta Administração com as questões de gestão de riscos ocorre por deliberações dos seus órgãos de administração, definidos, estatutariamente, como Conselho de Administração, Diretoria Executiva e os Comitês. A estrutura de governança garante uma gestão efetiva dos riscos. O gerenciamento de riscos do Banco é realizado por decisões colegiadas, apoiando-se em Comitês específicos. A Diretoria de Governança Corporativa compõem-se, dentre outros, de departamentos direcionados para a gestão do risco socioambiental, mercado, do risco de crédito, do risco operacional, de liquidez e gestão de capital. Essas áreas suportam os Comitês de Riscos, de Controles Internos, Operacional e Financeiro que analisam e definem estratégias e ações dentro de sua área de atuação.

Os comitês e os órgãos gestores de controles e de riscos dão suporte ao desenvolvimento e buscam a minimização de perdas ao adotar uma visão integrada centralizada. Têm como meta a automação e a formação da base de dados para o gerenciamento e a modelagem de riscos, baseada em dados históricos de perdas e evolução dos controles.

- I. Os controles mitigadores dos riscos possibilitam que os limites possam ser definidos previamente, considerando o perfil e os aspectos estratégicos e operacionais de cada unidade.
- II. Os limites ao risco consideram de forma ampla os valores que o Banco se dispõe a admitir na realização dos seus objetivos, e está refletido na filosofia de gerenciamento de riscos corporativos, que por sua vez influenciam a cultura e o modo de atuação do Banco. Esta tolerância é influenciada por diversos fatores, incluindo a avaliação da consistência do risco com a estratégia corporativa.

## I. RISCOS QUE O BANCO SE EXPÕE

Na condução de suas operações, o CCB Brasil está exposto, principalmente, aos seguintes riscos:

#### 1. Risco Externo

É o risco relacionado a fatores externos e que não estão sob controle do Banco.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

#### 2. Riscos Financeiros

#### 2.1. - Risco de Crédito

Representado pela possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

#### 2.2. - Risco de Mercado

Representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos ativos financeiros do Banco, uma vez que suas carteiras ativas e passivas apresentam descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

#### 2.3. - Risco de Liquidez

Representado pelo descasamento no fluxo de caixa, decorrentes de dificuldade de se desfazer rapidamente de um ativo ou de se obter recursos, impossibilitando a liquidação de posições ou gerando responsabilidades em aberto. O CCB Brasil apresenta no Balanço Patrimonial o Passivo Circulante maior que o Ativo Circulante, contudo o Banco possui títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda (nota 5b) no montante de R\$ 543.083. Além disso, parte significativa dos recursos constantes do passivo na rubrica "Obrigações por Empréstimos" refere-se a operações com controlada, o que minimiza o risco de levar a Instituição a situação ilíquida. Por outro lado, conta a Instituição com controle de caixa mínimo, atualizado sistematicamente e semanalmente que controla o nível de recursos para fazer frente a situações de estresse. A Política de Caixa Mínimo prevê o nível de caixa suficiente para enfrentar 30 dias de não recebimento de recursos, o que torna a instituição apta a enfrentar com antecedência quaisquer alterações de liquidez de mercado.

#### 3. Riscos Não Financeiros

#### 3.1. - Risco Operacional

Representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

#### 3.2. - Risco Socioambiental

Dizem respeito aos riscos próprios e de seus clientes e fornecedores no que tange ao impacto social e ambiental de suas atividades. São convenientemente monitorados, já que estes aspectos podem interferir no desempenho do cliente e acarretar risco de crédito mais elevado. Por outro lado, podem referir-se ao tratamento dado pelas empresas clientes ao ambiente e à sociedade divergentes dos valores adotados pelo Banco, o que pode ocasionar risco de imagem e de reputação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

## 4. Risco Estratégico

É o risco de perda resultante de processos ou tomada de decisões que impactem a sobrevivência, crescimento ou obtenção de vantagem competitiva do Banco. O Banco dispõe de instrumentos e sistemas que permitem o monitoramento do resultado das ações e propiciam às pessoas a capacidade de reagir de forma rápida e incisiva quando se defrontam com um risco de grande magnitude, porém, ainda mais importante e eficaz, é a capacidade que têm de se antecipar ao risco e desenvolver um plano de minimização de impactos e de transformá-los de antemão.

# II. GESTÃO DE RISCOS

A Política de Gerenciamento de Risco do CCB Brasil define um conjunto de controles, processos, ferramentas, sistemas e relatórios padrões, necessários para o adequado controle e gerenciamento dos Riscos.

O Banco designou o Diretor de Controladoria responsável pela Estrutura de Riscos perante o Banco Central. O diretor indicado não é responsável por funções relacionadas à administração de recursos de terceiros ou de operações de tesouraria.

## Gestão do Risco de Mercado

O Departamento de Gerenciamento de Risco de Mercado é responsável pela manutenção e atualização anual da Política e estrutura da área. Atua de forma independente das áreas de negócios e é responsável pelo monitoramento e análise dos riscos de mercado advindos das atividades comerciais e tesouraria do Banco. Também é responsável por garantir que os níveis de exposição ao risco estejam de acordo com os limites adotados pelo Comitê Financeiro, assim como observar e recomendar níveis de capitalização adequados e compatíveis com tais riscos.

O Risco de Mercado pode ser caracterizado por quatro principais tipos de medidas: posições (*stale positions*), sensibilidades (PV01), testes de estresse e o "*Value-at-risk*" (incluindo testes de aderência e validações).

Todas as métricas de risco são monitoradas continuamente de forma integrada com o objetivo de propiciar uma visão global do perfil de risco do CCB Brasil. O monitoramento e controle das posições do banco, não se limita apenas ao cálculo do seu valor de mercado, mas reconhece uma sensibilidade adequada à real exposição aos diversos fatores de risco do banco. A complementação desta medida com as demais ferramentas de controle de risco torna melhor o monitoramento e análise das exposições.

## Instrumentos para a Gestão do Risco de Mercado

# Análise de Cenários

O Banco se utiliza de análises de cenários para testes de estresse, que são mecanismos importantes para entender a sensibilidade do capital e dos planos de negócio do CCB Brasil em situações de eventos extremos. Além de considerar o efeito financeiro potencial sobre os planos de negócio, essa ferramenta fornece à Diretoria Executiva a possibilidade de estabelecer planos de ação para mitigar tais eventos, caso aconteçam. Exercícios periódicos são realizados para comparar o capital requerido existente com o volume demandado por cenários de estresse, incluindo a deterioração do cenário econômico global de forma mais severa. Técnicas qualitativas e quantitativas são utilizadas para estimar o impacto potencial sobre a posição de capital sob tais cenários.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

Estes instrumentos auxiliam na mitigação dos riscos apresentados por crises financeiras. Por outro lado, também se faz necessário a utilização de cenários analisados no passado, que podem representar informações privilegiadas na identificação de ações necessárias para a mitigação de riscos, quando eventos similares acontecem.

#### Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade demonstra o impacto que a mudança de um determinado fator de risco gera sobre a carteira do banco. As análises de sensibilidade são uma métrica particularmente importante para o gerenciamento do risco de juros do banco, visto que pequenas mudanças nos fatores de risco podem gerar perdas ou ganhos significativos quando consideradas todas as carteiras.

Com o intuito de medir a perda potencial em uma carteira devido a eventos extremos (baixa probabilidade) de mercado o Banco se utiliza do teste de estresse. A realização desses testes pela área de risco de mercado atende tanto às políticas globais do Banco quanto as exigências das autoridades reguladoras. Os testes de estresse são uma importante ferramenta para complementar o modelo primário de medida de risco (VaR).

A área de risco de mercado é responsável pela definição e revisão da metodologia interna utilizada para os testes de estresse, realização e monitoramento periódicos dos testes de estresse e elaboração dos relatórios de resultados dos testes. Também é responsável pela realização e definição dos parâmetros utilizados nos testes de estresse exigidos pelas autoridades reguladoras.

## Value-at-risk

O Value-at-risk (valor em risco ou VaR ) é uma importante ferramenta de gerenciamento de risco utilizada internamente e também utilizada para fins de cálculo de capital regulatório. Ele representa a máxima perda potencial esperada para um dado nível de confiança e por um determinado período de tempo (holding period). Os parâmetros empregados no cálculo do VaR podem variar de acordo com o perfil das posições que estão sendo analisadas.

# Back testing

Back testing é um método utilizado na avaliação da qualidade do modelo de VaR utilizado pelo Banco. O método compara os resultados previstos pelo modelo de VaR com os resultados efetivos calculados pelas diferenças de preços de ativos e passivos marcados a mercado ( P&L). Sua função é medir a capacidade de previsão de perdas potenciais do modelo de VaR sob condições normais de mercado, dado um determinado nível de confiança. Caso o P&L exceda o VaR temos um *outlier*, caso a quantidade de *outliers* supere o nível de confiança, o modelo é revisado.

O Banco, por intermédio da área de governança corporativa, tem como prática a utilização do *Back Testing* na validação e aderência do modelo de *Value-at-risk* nas carteiras.

#### Limites

Os limites de risco de Mercado são importantes formas de controle utilizados para assegurar que as exposições estejam de acordo com o apetite de risco definidos. O Comitê Financeiro define limites de VaR tanto para a carteira *Trading* quanto para a carteira *Banking*, além de limites específicos destas, quando submetidas a estresse, e compara os diversos fatores de risco aos quais o Banco possa estar exposto. O tipo de limite a ser definido e monitorado será previamente determinado pela área de risco de mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

A área de risco de mercado é responsável por garantir que todas as exposições aos fatores de risco estejam de acordo com os limites previamente estabelecidos e aprovados. O monitoramento das posições, independente da classificação das operações, e os resultados da Carteira *Trading* são obtidos diariamente.

Cabe à área de risco de mercado apontar os excessos de limites de risco para um determinado fator de risco ao Comitê Financeiro, que deverá tomar as providências necessárias para a adequação da exposição, conforme política interna do Banco. Os limites de risco de mercado são revisados anualmente pelo Comitê Financeiro.

Em conformidade às políticas do Banco e aos normativos do BACEN que regem o assunto (Resolução nº 3.464 e Circular nº 3.354), as operações são divididas entre as carteiras de negociação (*trading*) e *banking* segundo o seguinte princípio básico:

**Carteira de Negociação (trading):** consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação de sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragens.

Carteira Banking: formada pelas operações que não estejam classificadas na carteira de negociação.

O processo de classificação de operações é definido pela área de negócios no momento da realização das operações.

## Principais Riscos de Mercado Geridos

## 1. Risco de taxas de juros

O Banco e suas controladas utilizam recursos gerados por meio de suas atividades operacionais e, em especial, pela captação de recursos de clientes. Para complementarem suas necessidades de caixa, o Banco e suas controladas obtêm recursos substancialmente indexados à variação do CDI e é nessa possibilidade de flutuação que reside o risco em relação à taxa de juros. Para mitigar esse efeito, o Banco e suas controladas adotam a política de emprestar e financiar clientes preferencialmente em operações também indexadas ao CDI. Apenas o *spread* desses negócios está exposto à volatilidade do CDI, que poderá influenciar os resultados e lucro, se houver flutuações significativas.

## 2. Risco de taxa de câmbio (cupom cambial e dólar à vista)

A estratégia de gestão do risco cambial tem como objetivo não permitir impactos no resultado decorrentes de variação na cotação das moedas. Para tanto, o risco cambial é neutralizado e os investimentos são remunerados em reais, por meio de utilização de instrumentos financeiros derivativos.

O Banco adota a política de não gerar exposição relevante em moedas estrangeiras que exija capital para sua cobertura, em consonância com a sua principal atuação de negócios, que é a concessão de crédito. As posições de ativos e passivos do Banco estão em sua grande parte *em hedge* natural, em vista de suas aplicações e captações estarem indexadas ao CDI. Da mesma forma, as captações internacionais são protegidas através de *hedge* efetuado com derivativos apropriados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

A utilização de derivativos como *swaps* e contratos futuros de dólar têm o propósito de anular ou minimizar perdas cambiais com uma desvalorização acentuada do Real (R\$) perante as moedas estrangeiras. Após o *hedge*, essas operações permanecem casadas em termos de valor, prazos e moedas, trocando a exposição cambial inicial dos empréstimos pela exposição ao CDI. O Banco cuida para que os vencimentos das operações e seus *hedges* ocorram simultaneamente.

#### 3. Risco de bolsa (BM&FBOVESPA)

Advém da posição da Tesouraria na sua carteira de *trading* e que pode conter posições em ações e futuros que apresentem riscos de volatilidade e, consequentemente, de impacto nos resultados.

#### 4. Risco de inflação

Decorre de posições de títulos ou empréstimos realizados e indexados a índices de preços, cujo hedge é imperfeito ou inexistente. A política de exposição aos riscos não permite grandes impactos mesmo em cenário adverso, considerando todos os fatores de risco já mencionados. O Banco realiza seus negócios com gaps mínimos entre ativos e passivos, além de realizar hedge de suas operações em relação aos indexadores CDI, taxas de câmbio e inflação. Desta forma, não se espera que uma eventual volatilidade venha a alterar sobremaneira os resultados.

## Gestão do Risco Operacional

Os riscos operacionais são revisados ao menos semestralmente, incluindo-se a avaliação de seus controles e ajustando-os de acordo com suas estratégias e do apetite ao risco. A governança do risco operacional é exercida pelos gestores, área de governança corporativa e riscos do Banco. A estrutura de gestão é distinta daquelas que lidam com o risco de mercado e de crédito permitindo um efetivo sistema de controles internos que visa à redução da probabilidade de erros humanos e irregularidades em processos, produtos e sistemas. Os Comitês de Risco e de Controles Internos determinam qual o nível aceitável de tolerância ao risco.

O cálculo da exposição ao risco operacional é mensalmente calculada e ajustada segundo a estratégia de atuação e o apetite ao risco determinado para o momento.

## Gestão do Risco de Crédito

O CCB Brasil possui uma área independente para o gerenciamento de risco de crédito, seguindo as melhores práticas de governança. Esta área atua de forma independente da estrutura de aprovação de crédito, calcula os *ratings* de clientes baseados em métricas que consideram o comportamento do cliente no mercado, além daquele que advém de suas operações no Banco. Difere, portanto os conceitos utilizados pela área de aprovação de crédito, cuja estrutura está alicerçada em criteriosos procedimentos de análise, desenvolvidos a partir da expertise adquirida ao longo da história do Banco.

O Banco aprimora constantemente as metodologias e ferramentas usadas para avaliar as variáveis sociais e ambientais em seu processo de concessão de crédito para mitigar eventuais riscos associados a capacidade de pagamento e default de investimentos. Por isso, tem previsto políticas e instrumentos que possibilitam a suspensão da operação, antecipação do vencimento de contratos e a aplicação de penalidades limitantes.

Em consonância com as práticas de referência do mercado, o Banco continua aperfeiçoando seus controles e modelos de análise. Em atendimento à Resolução CMN n° 3.721/09 e ao acordo da Basileia, refletido pelas circulares e resoluções recentemente emitidas pelo BACEN, que preveem um alinhamento com as recomendações internacionais no que diz respeito ao nível mínimo de capital.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

## Ferramentas de rating para avaliação do risco de Crédito

O cálculo de risco de uma carteira com contratos contendo risco de crédito é feito principalmente através de uma medida estatística chamada *CreditValue-at-risk* (VaR de crédito).O VaR com nível de confiança de 99% (padrão adotado pelo Banco) é a perda máxima esperada que um portfólio pode sustentar em 99% dos casos, desconsiderados os eventos raros cuja probabilidade de ocorrência é de apenas 1% ( 100%-99%=1%), ou seja a quantidade de eventos cuja probabilidade de perda da carteira ultrapasse o valor do VaR é 1%.

Os resultados são obtidos com a utilização da metodologia de simulação de Monte-Carlo. Trata-se de uma metodologia onde os eventos de crédito são simulados em um ambiente computacional para um número muito grande de vezes e os valores das perdas, para cada um dos cenários simulados, armazenadas e agrupadas estatisticamente em uma coleção de onde são calculados diretamente os valores em risco para cada um dos níveis de confiança.

Trata-se de uma metodologia atuarial que não considera os efeitos das taxas de juros sobre as exposições em risco, calculando as perdas em termos dos valores de face, ajustadas à taxa de recuperação determinadas pelo CCB Brasil com base na avaliação e experiência histórica, uma vez que são as porções não recuperadas as exposições efetivas sob risco de crédito. Assim, o paradigma atuarial captura corretamente o componente de risco de crédito, ajustando as probabilidades de default aos vencimentos dos contratos. A metodologia de cálculo é sensível ao fato que contratos com vencimentos mais longos possuam maior risco de crédito do que contratos com vencimentos mais curtos.

O cálculo do LGD (*loss given default*, ou perda decorrente de inadimplência) baseia-se na observação da recuperação de créditos inadimplentes, tendo em conta não só receitas e despesas vinculadas ao processo de recuperação, mas também o momento em que acontece e os custos indiretos decorrentes desse processo.

## 34. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) O Banco possui 37 pontos de atendimento no País e uma agência no Exterior. O quadro de funcionários está distribuído conforme abaixo:

	Dezembro/15	Dezembro/14
Operacional		
Comercial	155	196
Captação	9	6
Subtotal	164	202
Suporte e Controle		
Administrativo	281	336
Jurídico/Auditoria	29	26
Controladoria	101	94
Informática	115	112
Outros	1	1
Subtotal	527	569
Total	<u>691</u>	<u>771</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

# b) Compromissos assumidos por garantias recebidas e captações junto a Organismos Internacionais

O CCB Brasil é tomador de garantias junto aos organismos internacionais IDB (*Inter-American Development Bank*), IFC (*International Finance Corporation*) e devedor por empréstimos obtidos junto ao IDB (*Inter-American Development Bank*) e IFC (*Internacional Finance Corporation*), DEG (*Deutsche Investitions und Entwicklungsgesesellschaft Mbh*) e Proparco (*Société de Promotion et de Participation pour la Coopération Économique*) para repasses a empresas brasileiras, com prazos que vão de 02 a 05 anos, cujos contratos exigem manutenção de índices financeiros mínimos (*financial covenants*), além da exigência de obrigações de responsabilidade socioambientais.

Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e as normas do BACEN. São também monitorados e trimestralmente aferidos pelos credores mencionados.

CCB Brasil MÚLTIPLO E CONSOLIDADO	<u>Requerido</u>
Capitalização (Basileia)	≥ 11%
Ativos Fixos + Investimentos Patrimoniais sobre "PR"	≤ 30%
Ativos Líquidos sobre Obrigações de Curto Prazo	≥ 80%
"PR" sobre total de ativos	≥ 6%
Créditos em atraso sobre Operações de Crédito	≤ 6%
Provisão Dev. Duvidosos sobre Créditos em Atraso	≥ 100%
Créditos D-H + Dações - Provisões sobre "PR"	≤ 25%
Maior devedor sobre "PR"	≤ 20%
10 maiores devedores de um décimo do PR, sobre "PR"	≤ 350%
Despesas Operacionais sobre Resultado Operacional	≤ 85%
Exposição Cambial por moeda sobre "PR"	≤ 15%
Exposição Cambial agregado de moedas sobre "PR"	≤ 25%
Gap de liquidez de 90 dias em R\$	· 0
Índice (%) de Gap de liquidez de 90 dias, sobre "PR"	› O
Índice de risco de taxa de juros sobre "PR"	[-10% ; 10%]
Índice agregado de risco de taxa de juros sobre "PR"	[-20% ; 20%]
Gap de vencimento negativo por moeda sobre "PR"	≥ -250%

## c) Benefícios pós-emprego a empregados

O CCB Brasil não mantém nenhum plano específico de benefícios a empregados, com exigência de contribuições definidas ou responsabilidades como patrocinador.

## d) Seguros

O Banco adota uma política de proteção a riscos, segundo a relevância dos montantes envolvidos e a Administração considera suficientes os valores globais dos seguros contratados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

#### e) Caixa e equivalentes de caixa para o fluxo de caixa indireto

	Dezembro/15	Dezembro/14
Disponibilidades	393.518	175.098
Aplicações no mercado aberto	-	22.843
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	50.324
Aplicações em moedas estrangeiras	330.614	39.201
Total	724.132	287.466

# f) Contratos de troca de fluxos financeiros - Swaps vinculados a Ações preferenciais do Banco

Conforme Fato Relevante divulgado em 11 de maio de 2012, foi informado aos acionistas e ao mercado em geral que o CCB Brasil celebrou contratos de troca de fluxos financeiros - *Swap*s, com o Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A., no valor total de até R\$ 100.000 (cem milhões de reais), com prazo de até dois anos, equivalentes, de um lado à variação das ações preferencias - BICB4 e de outro lado, contra uma taxa equivalente à variação do CDI acrescida de uma taxa prefixada. Para a data do balanço (31/12/2015) os prêmios dos *Swaps* foram totalmente liquidados (Dezembro/14 - a pagar R\$ 750). O valor de referência dessas operações em Dezembro/14 era de R\$ 26.249.

#### g) Aplicação de Ajustes Prudenciais em conformidade com a Resolução nº 4.277/13

A partir de 30 de junho de 2015 a Resolução nº 4.277/13 do BACEN estabeleceu a aplicação de ajustes prudenciais referentes ao apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado. O Banco desenvolveu controles e metodologia de apreçamento aprovada pela diretoria, bem como procedimento para avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros.

Tal avaliação, baseada na política definida, revelou que para as demonstrações financeiras encerradas na data base de 31 de dezembro de 2015, não há necessidade de a Instituição realizar ajuste prudencial. Justifica-se pelo que segue:

- A carteira de TVM é composta substancialmente por títulos públicos federais 97,4% (Dezembro/14 - 97,5%) de uma carteira de R\$ 4.048.478 (Dezembro/14 - R\$ 3.632.655) que apresentam baixo risco e liquidez abundante.
- Os Instrumentos Derivativos marcados a mercado, que somam R\$ 962.378 (Dezembro/14 -R\$ 650.273), fazem substancialmente frente ao hedge das posições passivas de captação no exterior, que serão levadas ao vencimento.
- São irrelevantes os volumes de outros instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

Consolho	d۵	<b>Admin</b>	ietracão
Conselho	ae	Aamın	istração

Presidente: Wensheng Yang

Membros do Conselho: Hong Yang

Daniel Joseph McQuoid Heraldo Gilberto de Oliveira

Xi Zhang (\*)

## Diretoria

Diretor Presidente: Yongdong Jiang (em exercício)

Diretores Vice-Presidente: Jin Li

Xiaowei Dong Milto Bardini

Paulo Celso Del Ciampo

Diretores: Hong Yang

Carlos José Roque

Francisco Edênio Barbosa Nobre

# Comitê de Auditoria

Presidente e membro qualificado: Heraldo Gilberto de Oliveira

Membros do Comitê: Walter Mallas Machado de Barros

Daniel Joseph McQuoid